

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

CARLA CORRÊA PACHECO GOMES

**PATRIMÔNIO E ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL PARA PRESERVAÇÃO
DA MEMÓRIA CULTURAL EM PRESIDENTE KENNEDY/ES: ESTUDO
DE CASO COM PROFESSORES DE HISTÓRIA DOS ANOS FINAIS
DO ENSINO FUNDAMENTAL**

SÃO MATEUS-ES

2021

CARLA CORRÊA PACHECO GOMES

PATRIMÔNIO E ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL PARA PRESERVAÇÃO
DA MEMÓRIA CULTURAL EM PRESIDENTE KENNEDY/ES: ESTUDO
DE CASO COM PROFESSORES DE HISTÓRIA DOS ANOS FINAIS
DO ENSINO FUNDAMENTAL

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação.

Orientador: Professor Doutor Sebastião Pimentel Franco

SÃO MATEUS-ES

2021

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

G633e

Gomes, Carla Corrêa Pacheco.

Educação patrimonial e ensino da história local em Presidente Kennedy/ES: estudo de caso com professores de história dos anos finais do ensino fundamental / Carla Corrêa Pacheco Gomes – São Mateus - ES, 2021.

79 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2021.

Orientação: prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco.

1. Educação Patrimonial. 2. Patrimônio cultural e imaterial. 3. História local. 4. História – Estudo e ensino. 5. Presidente Kennedy – ES. I. Franco, Sebastião Pimentel. II. Título.

CDD: 372.89

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

CARLA CORRÊA PACHECO GOMES

**PATRIMÔNIO CULTURAL E ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL
PARA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA CULTURAL EM
PRESIDENTE KENNEDY/ES: ESTUDO DE CASO COM
PROFESSORES DE HISTÓRIA DOS ANOS FINAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovada em 06 de dezembro de 2021.

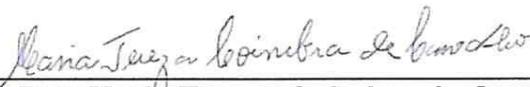
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientador



Profa. Dra. Luana Frigulha Guisso
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Dra. Maria Tereza Coimbra de Carvalho
Universidade Vila Velha - UVV

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, Mestre de toda a Terra, que me concedeu, em Sua infinita misericórdia, o privilégio de cursar o Mestrado, auxiliando-me e dando-me o suporte necessário para vencer os desafios ao longo do caminho.

À minha filha e à minha família, pela paciência e compreensão nos momentos dolorosos, mas necessários, de ausência para concluir esse projeto. Vocês são parte desta conquista, me sustentaram em todo o instante e me apoiaram para que eu conseguisse.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco, pela paciência, dedicação e pelos ricos conhecimentos que teve a bondade de compartilhar comigo. Obrigada pelo rico aprendizado que me proporcionou.

A todos os colaboradores — colegas de trabalho e demais pessoas — que, de alguma forma, contribuíram para a realização desse sonho, tão relevante para minha vida profissional.

A cultura de um povo é o seu maior patrimônio. Preservá-la é resgatar a história, perpetuar valores, é permitir que as novas gerações não vivam sob as trevas do anonimato.

Nildo Lage

RESUMO

GOMES. Carla Corrêa Pacheco. **Educação Patrimonial e ensino da História Local para preservação da memória cultural em Presidente Kennedy/ES**: estudo de caso com professores de História dos anos finais do Ensino Fundamental. 2021. 79 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Centro Universitário Vale do Cricaré, São Mateus, 2021.

A pesquisa busca evidenciar a essencialidade da Educação Patrimonial e da História Local como forma de se preservar a memória cultural em Presidente Kennedy/ES. Para perseguir o objetivo de verificar como têm sido trabalhados os conceitos de História Local e memória cultural pelos professores de História dos anos finais do Ensino Fundamental nesse município, foi desenvolvida uma pesquisa em educação do tipo estudo de caso, com aplicação de questionário aos professores atuantes nos anos finais do Ensino Fundamental no município. Essa perspectiva é necessária tendo em vista a construção de multiplicadores para socializar a cultura do pertencimento e proteção do rico patrimônio cultural kennedense, atuando a partir de vários tipos de patrimônio, sobretudo o imaterial. Foram desenvolvidos debates teóricos no campo da educação patrimonial e do patrimônio imaterial tendo em vista legitimar a discussão dos dados. Esse tipo de abordagem pode fortalecer a relação existente entre o ensino de História e o processo de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural imaterial — incentivando a valorização de elementos históricos do cotidiano, que consolidam, no saber discente, a percepção do sujeito histórico e o estimula a conhecer e valorizar o patrimônio cultural imaterial local, de forma a construir reflexões e intervenções na própria localidade. A pesquisa destacou a urgência na ampliação de uma formação continuada no campo da educação patrimonial, com o intuito de instigar e incentivar nos discentes o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural, como também ter o conhecimento da História Local. Apesar de não contarem com materiais didáticos e com formações continuadas, os professores têm desenvolvido práticas relevantes para valorização do patrimônio. Ao fim, será proposto à Secretaria Municipal de Educação que as escolas reanalisem os seus respectivos Projetos Político-Pedagógicos. Como produto final da dissertação, apresenta-se uma proposta de formação continuada que seja elaborada e desenvolvida em serviço para os professores de História.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Patrimônio Cultural. História Local. Patrimônio imaterial.

ABSTRACT

GOMES. Carla Corrêa Pacheco. **Heritage education and local history: preservation of cultural memory in Presidente Kennedy**. 2021. 79 f. Dissertation (Professional Master in Social Management, Education and Regional Development) – Centro Universitário Vale do Cricaré, São Mateus, 2021.

The work clarifies the essentiality of heritage education and local history as a way to preserve cultural memory in Presidente Kennedy/ES. To pursue the objective of verifying how the concepts of local history and cultural memory have been worked on by History teachers in the final years of Elementary School in this city, a case study research in education was developed, with a questionnaire applied to active teachers in Elementary School II in the municipality. This perspective is necessary in view of the construction of multipliers to socialize the culture of belonging and protect the rich cultural heritage of Kennedense, acting from various types of heritage, especially the immaterial one. Theoretical debates were developed in the field of heritage education and intangible heritage with a view to legitimizing the discussion of data. Although minimally, this type of approach can strengthen the relationship between the teaching of History and the process of recognition and preservation of intangible cultural heritage - encouraging the appreciation of everyday historical elements, which consolidate, in student knowledge, the perception of the subject historical and encourages you to know and value the local intangible cultural heritage in order to build reflections and interventions in the locality itself. The research highlighted the urgency of expanding continuing education in the field of heritage education, in order to instigate and encourage in students the recognition and preservation of cultural heritage, as well as having knowledge of local history. Despite not having teaching materials and continuing education, teachers have developed relevant practices for valuing heritage. At the end, it will be proposed to the Municipal Department of Education that schools re-examine their respective Political-Pedagogical Projects. As the final product of the dissertation, it presents a proposal for continuing education that is designed and developed in service for History teachers.

Keywords: Heritage Education. Cultural heritage. Local History. Imaterial heritage.

LISTA DE SIGLAS

Anped	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
Anpuh	Associação Nacional de Professores Universitários de História
AP	Antes do presente
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
EMEIEF	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFC	Instituto Federal do Ceará
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOM	Lei Orgânica do Município
MEC	Ministério da Educação
PC	Parâmetros Curriculares
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIB	Produto Interno Bruto
PPP	Projeto Político-Pedagógico
RP1	Rio Preto 1
SGPA	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico
Uerj	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UnC	Universidade do Contestado
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unirio	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA.....	15
2.1 A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	15
2.2 ASPECTOS CONCEITUAIS, LEGAIS E PEDAGÓGICOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL.....	25
2.3 ASPECTOS LEGAIS DA CULTURA IMATERIAL.....	30
2.4 O ENSINO DE HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL II: FOCO NO RECONHECIMENTO E na PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL LOCAL.....	33
3 METODOLOGIA.....	37
3.1 PERCURSO METODOLÓGICO.....	37
3.2 LOCAL E SUJEITOS DA PESQUISA.....	39
3.3 MATERIAIS E MÉTODOS.....	40
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	42
4.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM SALA DE AULA: O QUE É? COMO SE FAZ?...42	42
4.2 OS PROFESSORES E SUA FAMILIARIDADE COM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	44
4.3 AS DIRETRIZES CURRICULARES E O PROJETO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS DE PRESIDENTE KENNEDY/ES: A PRESENÇA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	48
4.4 A PRÁTICA DOS PROFESSORES EM SALA DE AULA EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICES.....	60
APÊNDICE A – LINK DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES DE HISTÓRIA DA REDE MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY/ES.....	60
APÊNDICE B – FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES.....	61
ANEXOS	76
ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	76

1 INTRODUÇÃO

Conforme consta do sítio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹, compreendemos por Educação Patrimonial todos os processos educativos formais e não formais que focalizam o patrimônio cultural, apropriado socialmente como ferramenta para que as pessoas onde o patrimônio se localiza se compreendam social e historicamente. Dessa forma, colaboram para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.

A escola, como entidade disseminadora dos conhecimentos socialmente construídos, poderia adequar seus processos educativos de forma a valorizar a construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, nas quais constam diversas compreensões de patrimônio.

Nesse sentido, este estudo de mestrado justifica-se pelo fato da Educação Patrimonial estar diretamente ligada às atividades que já desenvolvemos há algum tempo, como professora de História, no município de Presidente Kennedy/ES. A atividade de Educação Patrimonial torna-se, pois, uma tarefa desafiadora e prazerosa, na medida em que nossa própria memória e história podem ser retomadas no transcurso desta pesquisa. Trata-se de uma oportunidade de proceder a uma retrospectiva e reavaliar os trabalhos pontuais que já desenvolvemos, como também apresentar os conhecimentos teóricos que já estão consolidados por meio das formações inicial e continuada que frequentamos.

É nesse sentido que este estudo busca apresentar a importância do patrimônio histórico do município de Presidente Kennedy, sua importância regional e social, como influenciador cultural e econômico para a população. Assim, o estudo compreende que, a partir da perspectiva da pesquisa com professores engajados com o ensino na Educação Básica, pode-se suscitar diálogo com os profissionais da Educação, agentes mediadores do conhecimento no processo de ensino-aprendizagem, propondo alternativas pedagógicas; bem como o redimensionamento de práticas pedagógicas equivocadas, frutos de uma má formação ou desconhecimento da

¹ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é uma autarquia federal, criada em 1937 e vinculada ao Ministério do Turismo, responsável pela preservação e divulgação do patrimônio material e imaterial do país. Sua função é defender e favorecer os bens culturais do país, protegendo sua existência e seu usufruto para as gerações presentes e futuras na busca pela preservação dos tesouros da cultura nacional.

temática do Patrimônio Histórico Cultural. Portanto, o desafio é ajudar a discutir a importância de projetarmos bens históricos e culturais para as gerações futuras.

Uma das formas mais criativas de proteger os bens culturais e patrimoniais do município seria por meio da intervenção pedagógica fundada nos pressupostos da Educação Patrimonial, termo inseparável de outra noção mais abrangente, qual seja, o Patrimônio Cultural. Inicialmente cabe apresentarmos alguns conceitos no campo da Educação Patrimonial, com vistas a compreender, em linhas gerais, o que seria o patrimônio cultural e seu sentido para a sociedade, salientando um dos maiores problemas ao trabalharmos com patrimônio cultural que diz respeito a sua representação social. **Você não aborda aqui os conceitos**

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural.

A noção de patrimônio cultural ainda é desconhecida por grande parcela da população e por outra está associada a algo velho. Nesse sentido, o patrimônio seria tudo o que faz menção à identidade e à memória dos diferentes grupos que formaram a sociedade brasileira. O patrimônio cultural também é um patrimônio vivo, composto das coisas presentes nas comunidades, tais como festas religiosas, danças, culinária, particularidades na moradia, música. De um modo geral, essas características revelam as variadas culturas constituintes e apontam, às vezes, para evidências de populações que já nem existem mais.

A Educação Patrimonial ultrapassa o caráter de difusão ou promoção do patrimônio cultural e revela-se, segundo Florêncio (2012), como a possibilidade de construções de relações efetivas com as comunidades, detentoras do patrimônio cultural. A valorização da diversidade cultural para o fortalecimento de identidades é, também, um produto direto da ação educativa da Educação Patrimonial, a qual pode ser interpretada como um processo de mediação, em que reconhecemos os significados de cada cultura e seus símbolos.

Santos (2007) entende que a Educação Patrimonial pode ser utilizada em sala de aula pelo fato de ser contemplada nos temas transversais definidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), quando esse documento tece considerações sobre a Pluralidade Cultural. É preciso, pois, para tanto, o patrimônio cultural faça parte do cotidiano dos alunos dentro da prática pedagógica diária nas abordagens dos professores.

Por ser a preservação dos bens culturais uma prática social, a Educação Patrimonial deve associar os valores históricos ao bem cultural para sua comunidade, considerando o contexto social. A Educação Patrimonial deve levar as comunidades a compreenderem a importância do patrimônio e seu sentido não apenas econômico, mas também histórico e cultural para suas vidas.

Assim este estudo visa a contribuir, pautado pela experiência da pesquisadora que conduz esta pesquisa, como professora de História na Educação Básica, para o entendimento de como professores de História trabalham questões concernente ao Patrimônio Histórico-Cultural, de forma a enriquecer a teoria e a prática dos professores no tocante à inserção da Educação Patrimonial na prática pedagógica diária das escolas municipais de Presidente Kennedy-ES, para promover e valorizar o patrimônio e a memória local.

A Educação Patrimonial pode proporcionar mudanças metodológicas, se inserida no cotidiano do professor de História. Acreditando nessas mudanças começamos nossa escrita, mergulhando intensamente na pesquisa científica.

Empreender um estudo de caso no contexto da Educação Patrimonial no município de Presidente Kennedy/ES objetiva sensibilizar a comunidade escolar acerca do sentido do patrimônio cultural existente na área e da memória social local. O estudo de caso (ANDRÉ, 1984, 2013) com professores de História que lecionam nos anos finais do Ensino Fundamental da Rede Pública de Educação Básica do município de Presidente Kennedy/ES tem a possibilidade de favorecer a cultura do pertencimento e da proteção do riquíssimo patrimônio cultural kennedense entre todos os cidadãos que estão sob a tutela da escola.

A problematização dessa pesquisa é como tem ocorrido a abordagem da Educação Patrimonial pelos professores de História dos Anos Final do ensino fundamental da rede pública do Município de Presidente Kennedy?

Logo, o objetivo geral deste estudo é delinear como tem ocorrido a abordagem da Educação Patrimonial pelos professores de História dos anos finais do Ensino Fundamental da rede pública municipal de Presidente Kennedy-ES.

Após a construção do objetivo geral delinear-se os seguintes objetivos específicos:

- identificar como os professores do município de Presidente Kennedy realizam discussões e desenvolvem seus trabalhos no campo da Educação Patrimonial, no contexto de sala de aula;
- apresentar os aspectos conceituais, legais e pedagógicos do patrimônio cultural imaterial;
- investigar, junto aos professores de História dos anos finais do Ensino Fundamental da rede pública municipal de Presidente Kennedy/ES, como ocorrem as práticas relacionadas ao tema a fim de elaborar-se um produto educacional;
- propor à Secretaria Municipal de Educação a oferta e o desenvolvimento de uma formação continuada em serviço para os professores de História, a fim de abordar como a Educação Patrimonial adequada ao contexto de sala de aula pode contribuir para a valorização do patrimônio cultural.

A Educação Patrimonial caracteriza-se como uma ação educativa que não pode ser dissociada de seu caráter interdisciplinar, em virtude da pluralidade do patrimônio cultural. Para Horta, Grunberg e Monteiro (1999), trata-se de um processo contínuo que parte do contato direto com as manifestações culturais em todos os seus sentidos e significados, o qual busca levar crianças e adultos ao conhecimento, à apropriação e à valorização de sua herança cultural.

Sendo assim, esse processo gera a produção de novos conhecimentos em relação ao patrimônio cultural, ensejando um saber crítico sobre a realidade na qual está inserido o indivíduo.

Na visão de Santos (2007), a utilização do patrimônio cultural em sala de aula favorece a abordagem de outros conceitos relevantes ao exercício da cidadania, como a leitura do espaço e da paisagem, o domínio da história dos povos antigos, a diversidade cultural, de modo a ajudar a apropriação dos bens culturais de natureza material e imaterial, caminhando em direção ao conceito de cidadania.

Assim, a justificativa para abordar esse tema decorre da necessidade de se implementar, por meio de estratégias e metodologias pedagógicas, a Educação Patrimonial na prática frequente das escolas municipais de Presidente Kennedy, como forma de valorizar o patrimônio histórico e a memória cultural local.

Além de investigar como têm sido trabalhados os conceitos de História Local e memória cultural pelos professores de História em Presidente Kennedy e de que forma suas práticas pedagógicas podem contribuir para o conduzir ao reconhecimento e à preservação do patrimônio cultural imaterial deste município, buscamos também entender como a Educação Patrimonial pode contribuir para o aprendizado dos valores culturais e memorialísticos, em relação ao patrimônio histórico local.

Portanto, norteada por um levantamento bibliográfico que tem como base as vertentes teóricas e pesquisas atuais acerca do referido tema, apresenta-se uma pesquisa que tem como base a vertente qualitativa, uma vez que esse método possibilita realizar o diagnóstico da situação, num contexto em que os atores do estudo tenham vez e voz acerca de suas inquietações, além de possibilitar a interação e a compreensão da realidade, gerando novas aprendizagens no campo educacional.

Desse modo, a coleta de dados conta com as técnicas de análise documental e entrevista semiestruturada que possibilitarão a reunião sistemática de dados colhidos com os sujeitos da pesquisa, para alcançar o maior número de docentes, bem como conhecer variadas realidades educacionais.

Na primeira seção, é apresentada a introdução, os objetivos, a justificativa, a delimitação do tema e a problemática levantada. Na seção 2, apresentamos a caracterização do patrimônio cultural, seus conceitos e suas finalidades, elencando possibilidades pedagógicas para o tema pesquisado e destacando o patrimônio local do município de Presidente Kennedy-ES, no intuito de evidenciar seu rico patrimônio cultural imaterial.

Na terceira seção, é delineado o percurso metodológico da pesquisa, o *locus* e os sujeitos. Na seção 4, apresentam-se a análise, a discussão dos dados e a proposta de um produto.

Por fim, na seção 5, são tecidas as considerações finais sobre a utilização da Educação Patrimonial e da História Local como forma de se preservar a memória cultural no município de Presidente Kennedy e sobre a contribuição do ensino de História para o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural — reflexão de

que a História pode possibilitar a formação de um sujeito atuante em seu espaço de vivência, que pratique a salvaguarda de sua história e da memória do seu povo.

2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

Muito se tem escrito sobre o uso da educação patrimonial em sala de aula, especialmente na disciplina História, no intuito de se efetivar a valorização da memória e da História Local. Nos últimos anos, diversos trabalhos foram produzidos enfocando essa temática, conforme podemos apontar, visualizando dados coletados junto à base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

Conseguimos levantar dissertações e teses produzidas ao longo dos 20 anos que perfazem o século XXI. Realizamos ainda uma busca junto aos anais da Associação Nacional de Professores Universitários de História (Anpuh) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), trabalhos apresentados em seus encontros nacionais. Nesse levantamento, pode-se chegar ao enfoque positivo da Educação Patrimonial no processo de ensino-aprendizagem em todo contexto escolar.

O fato é que essa temática se tornou uma preocupação para os educadores, uma vez que geralmente não é trabalhado e desenvolvido nas instituições de ensino pela falta de formação dos professores e também pela falta de direcionamento ausente nos documentos oficiais da escola.

Por essa razão, nesta seção, abordaremos as contribuições teórico-científicas a respeito da Educação Patrimonial e suas possibilidades de abordagem no ensino de História. Assim, atendendo aos critérios da pesquisa bibliográfica, trataremos da noção de Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial, da sua importância para a preservação da memória de determinadas sociedades, das maneiras como podemos trabalhar a noção de pertencimento de um grupo social a partir de seu patrimônio cultural e das possibilidades de abordagem da temática da Educação Patrimonial no ensino de História. Em síntese, desejamos aqui promover uma ligação direta com o tema desta pesquisa.

2.1 A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Diversos são os trabalhos sobre a temática Educação Patrimonial, produzidos ao longo dos últimos anos. Apresentamos aqui apenas alguns trabalhos que

consideramos relevantes para dialogar com nossa pesquisa, selecionados a partir do critério de conveniência temática.

Quadro 1 – Produção acadêmica (2018-2020) sobre Educação Patrimonial, relacionada ao tema da dissertação

TÍTULO	TIPO	AUTOR	INSTITUIÇÃO	ANO
Educação patrimonial e recursos hídricos: um guia para os municípios de Olinda e Recife	Dissertação	DUARTE, Carla Valéria de Miranda Costa	UFPE	2018
Ensinar com o Patrimônio: o estudo para a elaboração e implementação da Política de Educação Patrimonial no ensino fundamental II	Dissertação	MOLINA, Eduardo Castejon	Unesp	2019
Educação Patrimonial: experiência aplicada para o município de Santiago-RS	Dissertação	NUNES, Fernanda Bertazzo	UFSM	2020

Fonte: Elaboração da autora (2021) com base no levantamento bibliográfico no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Duarte (2018), em sua dissertação de mestrado, intitulada *Educação patrimonial e recursos hídricos: um guia para os municípios de Olinda e Recife*, defendida no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), destaca que a Educação Patrimonial é tema emergente, pois, pelo inventário e pela categorização de cenários antrópicos e naturais, pode ser um instrumento que leva as pessoas à “alfabetização cultural”, com vistas a valorizar a História Local, a criar um sentimento de pertencimento, a formar as suas identidades e a justificar a preservação desse espaço frente aos processos de massificação.

Nesse sentido, o objetivo principal do trabalho de Duarte (2018) foi construir um guia de educação patrimonial relacionado à temática “água” nos municípios de Olinda e Recife a partir do Inventário Cultural e posterior divulgação, aplicação e validação coletiva em ambientes escolares para fazer compor a construção do conhecimento contextualizado. O estudo organizou-se para elaboração do guia, por meio da coleta de demandas e sugestões dos atores pertencentes ao sistema educacional, acrescido de pesquisa bibliográfica e documental, roteirizadas por fichas do Inventário Cultural, conforme proposto e balizado segundo as diretrizes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O segundo momento do estudo compreendeu as etapas de aplicação, avaliação e validação do produto educacional junto às unidades de ensino. O *Guia de Educação Patrimonial – Água nas cidades de Recife e Olinda* atingiu o objetivo de unir três partes em sua elaboração: a conservadora, a regeneradora e a geradora de

conhecimento. A autora destaca que o sucesso da validação do guia foi certificado pelos docentes em sua aplicação, demonstrado pela adequação dos resultados aos critérios avaliados.

A dissertação de Molina (2019), intitulada *Ensinar com o Patrimônio: o estudo para a elaboração e implementação da Política de Educação Patrimonial no Ensino Fundamental II*, mostra que o estudo sobre Educação Patrimonial tem recebido destaque nos últimos anos, principalmente a partir do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, ampliando o conceito de patrimônio, estimulando ações educativas voltadas para a dimensão da vida cotidiana, como fonte de construção coletiva e democrática de conhecimentos.

Desde esse momento, a Educação Patrimonial começou a ser pensada como potencial para desenvolver nos alunos a noção de identidade e a compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que estão inseridos. A pesquisa desenvolvida por Molina (2019) buscou mapear e descrever as ações de Educação Patrimonial nas escolas públicas do Ensino Fundamental ciclo II da rede pública estadual de um município do interior de São Paulo, adotando como referência a perspectiva descrita no *Guia Básico de Educação Patrimonial*, elaborado por Horta, Grunberg e Monteiro (1999), que defendem a efetivação das ações de Educação Patrimonial de maneira transversal ao cotidiano escolar.

Para fundamentar a pesquisa, Molina pautou-se em estudos no campo da Educação Patrimonial de teóricos como Maria Cecília L. Fonseca, Sônia R. R. Florêncio, Rodrigo M. D. da Silva, entre outros, os quais defendem a Educação Patrimonial como um processo ativo de conhecimento e de apropriação do patrimônio para fins de preservação e valorização da herança cultural.

Por meio de um estudo exploratório que viabilizou o mapeamento e a descrição das ações educativas ocorridas entre 2015 e 2018, que abrange a vigência do projeto político-pedagógico das três escolas pesquisadas, a pesquisa de Molina (2019) procedeu à aplicação de entrevistas semiestruturadas a dez participantes, sendo um dirigente de ensino, três gestores e seis professores que atuavam no Ensino Fundamental ciclo II.

A pesquisa concluiu que há poucas ações educativas no campo da Educação Patrimonial, das quais algumas são realizadas isoladamente ao longo do ano letivo nas escolas pesquisadas. Essas atividades didático-pedagógicas não constam no projeto político-pedagógico, não ocorrem transversalmente e não respeitam as

premissas da interdisciplinaridade, o que leva a constatar que a política de Educação Patrimonial não foi implementada nessas escolas. Portanto, a pesquisa suscitou a elaboração de proposta de intervenção na forma de uma oficina pedagógica para ajudar na implementação da Educação Patrimonial na rede pública de ensino.

Desenvolvendo uma pesquisa com o título *Educação Patrimonial: experiência aplicada para o município de Santiago-RS*, Nunes (2020) discute a Educação Patrimonial como possibilidade de ação educativa a ser desenvolvida em escolas, com a finalidade de conscientizar os estudantes acerca do valor da preservação dos bens patrimoniais e culturais da sociedade. O foco da pesquisa é o patrimônio cultural da cidade de Santiago, localizada no Rio Grande do Sul, Brasil.

O objetivo geral foi propor ações de Educação Patrimonial como forma de promover e valorizar o patrimônio e de compreender como os alunos de uma escola pública do município percebem o patrimônio cultural de sua cidade. Como produto da pesquisa, foi elaborada uma cartilha educacional intitulada *Um passeio patrimonial pela cidade de Santiago*, utilizada posteriormente em atividades em sala de aula. A atividade foi desenvolvida com estudantes do 4º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental São José.

A partir de embasamento teórico, a pesquisa buscou estabelecer quais lugares e edificações possuem maior interesse histórico e arquitetônico na história de Santiago, a fim de compreender sua importância e seu valor por meio do reconhecimento patrimonial que esses lugares representam para a sociedade.

A metodologia, de caráter qualitativo exploratório, baseou-se em pesquisas bibliográficas e na criação da cartilha educacional. Por meio de ilustrações e atividades, a cartilha explica os conceitos de patrimônio por intermédio da análise dos bens culturais do município.

Dentro da perspectiva de formar cidadãos conscientes do seu papel social com relação ao patrimônio, o ensino de História e das disciplinas da área de Ciências Humanas deve, pois, assumir o compromisso com práticas pedagógicas que ajudam a pensar a centralidade do patrimônio dentro do propósito de valorizar o passado e as pessoas, compreendidas como agentes que irão comandar a permanência da memória, do patrimônio e das coisas no tempo.

Depois dessa breve explanação dos argumentos explicitados colhidos em alguns trabalhos acadêmicos brasileiros, faremos uma abordagem sobre a Educação Patrimonial e o ensino de História.

Quadro 2 – Publicações acadêmicas sobre Educação Patrimonial e ensino de História, relacionadas ao tema da dissertação

TÍTULO	TIPO	AUTOR	ANO
Guia básico da Educação Patrimonial	Guia	Horta, Grunberg e Monteiro	1999
A construção de atrativos turísticos com a comunidade	Capítulo de livro	Farias	2002
Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema	Capítulo de livro	Scifoni	2012
Fundamentos de Educação Patrimonial	Artigo	Horta	2000
Educação Patrimonial: teoria e prática	Livro	Klamt	2007
Educação Patrimonial: um processo de mediação	Capítulo	Florêncio	2012
Perspectivas para atuação em educação patrimonial	Artigo	Demarchi	2016
Ensino de História, memória e Patrimônio Cultural	Comunicação	Nogueira	2018
Políticas de preservação e estratégias metodológicas no ensino de História	Comunicação	Lemos	2018
Patrimônio, memória e formação de professores: outros diálogos na formação docente	Pôster	Araújo, Perez e Tavares	2006
Educação popular e Patrimônio Cultural: a complexidade entre museu, escola e comunidade	Comunicação	Tamanini	2015

Fonte: Elaboração da autora (2021) com base no levantamento bibliográfico da pesquisa.

No *Guia Básico da Educação Patrimonial* (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999), documento publicado pelo IPHAN, órgão responsável por consolidar o entendimento do termo “Educação Patrimonial”, consta uma orientação teórica que muito ajuda os educadores a estabelecer o diálogo com Paulo Freire quanto à função básica da educação, qual seja, desenvolver o caráter libertador, voltado para a liberdade e a autonomia.

A ideia de Educação Patrimonial foi inspirada na pedagogia freireana, que usa, como fonte primária de conhecimento, questões como identidade, consciência social e cidadania, sendo uma importante ferramenta de construção dessa identidade, já que o educando tem que exercer um papel ativo no processo de construção do conhecimento.

O diálogo da Educação Patrimonial com o ensino de História é urgente nas escolas de Educação Básica, pois com ele é possível trabalhar a ideia de memória e preservação, que pode auxiliar a sociedade brasileira a discutir várias questões culturais como também manter preservadas memórias históricas. Assim, esta pesquisa aponta o conceito de Educação Patrimonial conforme delineado por Horta, Grunberg e Monteiro (1999):

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. O trabalho da Educação Patrimonial é buscar levar a partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e

significados, para crianças e adultos, fazendo com que valorizem mais sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

A Educação Patrimonial tem como objetivo envolver a comunidade na gestão do patrimônio, a qual também é responsável pela preservação e conservação dos bens patrimoniais. A Educação Patrimonial funciona como instrumento de alfabetização cultural, capacitando cada cidadão para a compreensão da cultura do local onde vive.

Sendo assim, a Educação Patrimonial valoriza as características de uma sociedade e o local de vida da comunidade. As histórias do passado acabam virando a identidade daquele grupo social, que pode descobrir valores, costumes, hábitos, aspectos da vida e lendas com a finalidade de revitalizá-los para que toda comunidade tenha acesso a essas informações.

Por exemplo, os sambaquis presentes em Presidente Kennedy são pouco conhecidos por parte da população, que tem dificuldade de compreender em que medida esse patrimônio se relaciona com a cidade e com seus moradores. A valorização do patrimônio ocorre primeiramente pelo seu (re)conhecimento e a Educação Patrimonial é parte importante para que isso ocorra. Nesse sentido, Farias (2002) defende:

Cabe à educação patrimonial proceder à escuta e à mediação dos sujeitos sociais portadores de tradições, de saberes e fazeres que, em sua diversidade, constroem atrativos geradores de significação e integradores da identidade e identificação cultural. É sua responsabilidade sensibilizar e conscientizar as comunidades em torno de seus valores e tradições, inserindo tais práticas na vida sustentável, resgatando e preservando o imaginário coletivo e o patrimônio representativo da cultura, no eixo temporal e espacial (FARIAS, 2002; p.62).

A Educação Patrimonial fornece elementos que ajudam na percepção do espaço cultural pela própria população, podendo favorecer o desenvolvimento do turismo cultural, gerando, além de renda para o local, valorização da cultura. Discussões relacionadas aos bens culturais têm necessitado de maior espaço, por isso, é preciso haver maiores discussões sobre o patrimônio histórico no ensino de História, para estimular os alunos ao senso da preservação da memória social coletiva propensa à construção cidadã e de novas identidades.

Serve de exemplo a bicentenária festa de Nossa Senhora das Neves no dia 5 de agosto de todos os anos, marcando o fim do ciclo dos ventos do solstício e o

aumento das temperaturas, com a entrada do equinócio da primavera. A preservação da igreja de Nossa Senhora das Neves e do seu entorno marca o turismo cultural na região, que atrai milhares de romeiros e turistas.

No Brasil, o uso da expressão “Educação Patrimonial” só teve início na década de 80, quando houve a reconstrução democrática da política², o que demandou a renovação do conhecimento em várias áreas. Os primeiros passos da Educação Patrimonial foram inspirados num método vindo da Inglaterra, que fazia o uso de museus e monumentos históricos para fins educacionais (SCIFONI, 2012).

Segundo Klamt e Machado (2007), foi no Museu Imperial do Rio de Janeiro que ocorreram as primeiras tentativas de Educação Patrimonial no Brasil. Na época, foi organizado pela instituição um debate sobre o uso de museus e monumentos para a promoção da Educação Patrimonial. Ainda hoje, o Museu Imperial é referência em relação às atividades de Educação Patrimonial.

Trabalhar educacionalmente com o patrimônio cultural não pode ser uma tarefa passageira de informações ou de discursos pré-fabricados. O educador deve levar o aluno a identificar os significados atribuídos a objetos de determinadas culturas (HORTA, 2000). Para que isso ocorra, deve se mudar o pensamento de que Patrimônio Cultural são apenas edificações. Também se considera Patrimônio Cultural festas, danças, músicas, manifestações populares, artes, culinária, entre outras coisas que possuem importância histórica para uma determinada comunidade.

A importância da educação patrimonial na contemporaneidade está ligada ao contexto da atual “entropia cultural”, onde o desenvolvimento tecnológico acabou criando uma barreira ao desejo de se conhecer os Patrimônios Culturais. A batalha contra a tecnologia passa de forma despercebida, mas causa grandes danos, impedindo o desejo e a necessidade de se conhecer a cultura local. A mídia e o sistema de comunicação de massa na atualidade são encarregados em decodificar ideias, determinando valores sociais e culturais, com o poder de manipulação em massa.

Se o patrimônio cultural tem um sentido, se existe uma razão inegável para preservá-lo e enriquecê-lo, devemos nos armar para enfrentar a última batalha da nossa total descolonização. Trata-se enfim de colocar nosso patrimônio cultural a serviço do presente, e a educação patrimonial é uma

² De 1964 a 1985, o Brasil viveu um período de governo militar implementado com um golpe de estado, quando o presidente João Goulart, eleito vice-presidente, assumiu a governança após a renúncia do presidente eleito Jânio Quadros.

proposta metodológica na recuperação de conexões e tramas perdidos. (HORTA, 2000, p. 35)

Sendo assim, a preservação do patrimônio pessoal e coletivo é de grande importância para a História na vida de todos nós. Para Florêncio (2012), a Educação Patrimonial deve conduzir o processo de valorização e preservação do patrimônio cultural, evitando apoiar-se na prática da divulgação de um patrimônio, por meio de depósitos de conhecimento, procurando, por outro lado, desenvolver relações afetivas de pertencimento entre as comunidades e seus patrimônios culturais. Nessa perspectiva, as pessoas devem participar das práticas de educação patrimonial, sendo elas mesmas partes desse patrimônio.

Para nos conduzir nas reflexões acerca da relação entre educação e bens culturais que podem funcionar como canais diretos para a produção do conhecimento, nos apropriamos de Scifoni (2012), que defende a ideia de que o patrimônio cultural pode ser entendido como tema transversal nas práticas pedagógicas escolares para potencializar a utilização de espaços educativos não formais.

O *Guia Básico de Educação Patrimonial* (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999) dialoga com a perspectiva da educação libertadora de Freire (1963), para quem a cultura é o acréscimo que o homem faz ao mundo, como resultado do seu trabalho e do seu esforço de criar e recriar. Freire compreende a cultura como as formas de comportar-se, como toda criação humana (FREIRE, 1963).

O tema do patrimônio tem ocupado espaço, na formação do professor de História, de diversas formas, seja na formação inicial, seja na formação continuada. É comum observarmos que os professores de História trabalham a questão do patrimônio de forma ampliada, questionando a ideia de herança e concebendo-o como uma referência cultural.

A forma como se aborda o patrimônio deve ultrapassar a contemplação do monumento e incluir pessoas, modos de fazer e modos de ser. A proposta de alfabetizar culturalmente aponta para transmissão de valores, para reconhecimentos, pertencimentos, união e colaboratividade. No âmbito educacional, o patrimônio e a História podem ajudar crianças e jovens a pensar em si, no outro e no mundo de forma sensível e reflexiva. O ensino de História pode dar especial tônica à diversidade do patrimônio cultural para contribuir para a formação de cidadãos cômnicos de suas responsabilidades.

O trabalho de Demarchi (2016) nos leva a uma reflexão sobre a importância de abordar a Educação Patrimonial na escola. Analisando o crescente e grande número de atividades educativas que têm o patrimônio como mediador, o autor destaca que existe, após a realização de suas pesquisas, um problema da falta de subsídio teórico para as ações que acabam por confundir Educação Patrimonial com divulgação ou promoção do patrimônio.

O autor também indica que alguns professores fetichizam o bem cultural transformando-o em uma mercadoria. Em seu artigo, o autor defende que a educação patrimonial deve considerar as pessoas da comunidade com quem se trabalha como sujeitos históricos, legitimando as suas visões de mundo, seus símbolos e significações. Destaca que, somente dessa forma, será possível uma educação patrimonial dialógica, desde a identificação do patrimônio até as formas de ação para preservá-lo. Será uma educação patrimonial problematizadora e politizadora, ligada à concepção de ser humano e do mundo que queremos.

Importante para a realização dessas reflexões sobre patrimônio cultural é, segundo nosso entender, apresentar os conceitos de patrimônio material e imaterial que subsidiarão a pesquisa. Na página do Iphan, localizamos o seguinte conceito de patrimônio imaterial, qual seja, são aqueles bens que dizem respeito às práticas e aos domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; os lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus art. 215 e 216, alargou a noção de patrimônio cultural, quando reconheceu a existência de bens culturais de natureza material e imaterial.

Patrimônio material seriam os bens como os imóveis das cidades históricas, os sítios arqueológicos — por exemplo, os sambaquis de Presidente Kennedy—, o pátio externo da Igreja de Nossa Senhora das Neves e paisagísticos os caminhos construídos pelos jesuítas no entorno da igreja; seriam também bens individuais, móveis, coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

No bojo dessa discussão, faz-se necessário apropriar-se das contribuições teóricas advindas do II Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, o qual foi realizado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) no ano de

2018. Nesse sentido, dois trabalhos merecem destaque por corroborar com as perspectivas que este estudo pretende.

A comunicação de Nogueira (2018) intitulada *Ensino de História, Memória e Patrimônio Cultural: algumas considerações sobre o projeto “História de Tabuleiro do Norte: patrimônio de Todos!”*, apresenta relatos de experiências de pesquisa documental acerca da cidade de Tabuleiro do Norte/CE, oriundas do projeto de extensão do Instituto Federal do Ceará (IFC). Assim, o pesquisador relata que, por meio de levantamento de arquivos e entrevistas com moradores do município, pôde-se montar um acervo que narra a história e conseqüentemente colabora para a preservação da memória social de Tabuleiro. Os dados da pesquisa ficaram expostos para que recebessem a visitaçãõ de interlocutores interessados em conhecer o projeto de valorizaçãõ dos patrimônios culturais do município em questão.

Outra pesquisa que foi publicizada no decorrer do seminário e merece destaque é a de Lemos (2018), que versa sobre as *Políticas de preservação e estratégias metodológicas no ensino de História*. A pesquisadora e professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) teve por objetivo apresentar o contexto do projeto de extensão que vem desenvolvendo com alunos da universidade, no qual eles propõem unir patrimônio e educação como campo de pesquisas, buscando averiguar práticas pedagógicas e experiências formativas em Educação Patrimonial no cerne da Educação Básica. Dessa forma, em suas considerações finais, esclarece que a “[...] valorizaçãõ de um patrimônio cultural integral que não separe materialidade de imaterialidade ainda está por vir e esperamos que o trabalho que está sendo realizado contribua para reflexões de tal ordem” (LEMOS, 2018, p. 59)

Ainda tratando das reflexões teóricas que fomentam as discussões no campo da Educação Patrimonial, as pesquisadoras Araújo, Perez e Tavares (2006) em conferência proferida na 29ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped), publicada nos anais do evento, refletiram no artigo *Patrimônio, memória e formação de professores: outros diálogos na Formação Docente* sobre as ações empreendidas no bojo do projeto de extensão desenvolvido entre duas universidades públicas brasileiras, com professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nesse projeto, se discutia a efetividade de uma formação inicial e continuada no tocante ao Patrimônio Histórico e à Memória Social.

Sendo assim, conforme Araújo, Perez e Tavares (2006, s/p), a História e a memória social são produções culturais da humanidade, portanto, a formação inicial

e continuada de professores deve conjugar a formação técnica à formação/ampliação cultural. Assim, a Educação Patrimonial torna-se necessária nos processos formativos dos professores, para que estejam capacitados para o assunto nas suas respectivas salas de aula.

No mesmo sentido, na 37ª Reunião Anual da Anped que ocorreu na cidade de Florianópolis/SC no ano de 2010, a temática da Educação Patrimonial voltou a ser debatida no trabalho de Tamanini (2015), intitulado *Educação popular e Patrimônio Cultural: a complexidade entre museu, escola e comunidade*. Dessa maneira, a pesquisadora apresentou resultados de ações que envolveram práticas educativas escolares, práticas educativas museológicas e saberes comunitários com base na perspectiva dialógica. As alegações de Tamanini (2015) apontam para práticas pedagógicas que podem ser fomentadas nas salas de aula com a finalidade de promover a valorização do patrimônio histórico.

Em síntese, dadas as concepções teóricas a respeito da Educação Patrimonial, na próxima seção serão discutidos os aspectos conceituais, jurídicos e pedagógicos do Patrimônio Cultural Imaterial.

2.2 ASPECTOS CONCEITUAIS, LEGAIS E PEDAGÓGICOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Nesta seção, trataremos das bases conceituais e legais relacionadas ao patrimônio cultural, de modo que os objetivos de ensino da disciplina escolar História possam ser relacionados às possibilidades de proteção do patrimônio cultural de uma localidade.

A formação de um indivíduo como um sujeito da História, dotado das características da comunidade no qual está inserido, pode acontecer a partir da apropriação das características culturais do espaço do qual faz parte. Essas características são componentes de um conjunto de informações de um patrimônio histórico e cultural.

Tal acepção é relevante para a reflexão de que a cultura presente de determinada sociedade e todo o seu patrimônio cultural são temas que ainda precisam ser evidenciados na sociedade atual. Ainda é preciso resgatar o tema “Patrimônio Cultural Imaterial” nos variados setores da sociedade contemporânea. Desse modo, aspectos da cultura popular que fazem parte do Patrimônio Cultural Imaterial de uma

localidade poderão não ser mais excluídos, mas reconhecidos e valorizados por todos os sujeitos que a compõem.

Para tanto, as práticas culturais de tempos mais remotos precisam ser difundidas e a educação abre uma possibilidade. Nesse campo, Bosi (1995) elenca que a memória não representa um conhecimento distante; a memória é um saber próximo, que precisa ser valorizado, pois pode favorecer reflexões positivas para a sociedade.

Os estudos de Febvre e Bloch, a partir de 1920, destacavam a estrutura social da memória do sociólogo Halbwachs que foram impressionantes para Bloch (BURKE, 2010). Eles desenvolveram a reflexão sobre a necessidade de a História atrelar-se ao patrimônio cultural imaterial, ou seja, a História deve considerar as culturas e suas representações.

São muitas as pesquisas que abordam questões relativas ao Patrimônio Cultural Imaterial. No acesso ao Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), foram encontrados 39 registros entre dissertações e teses sobre o tema. Das pesquisas encontradas, foram selecionadas as que estão diretamente relacionadas ao tema e ao objeto: ensino de História, reconhecimento e preservação do Patrimônio Cultural Imaterial. Assim, destacam-se três trabalhos relevantes no delineamento da pesquisa e na formulação do referencial teórico.

Quadro 3 – Produção acadêmica sobre Ensino de História, reconhecimento e preservação do Patrimônio Cultural Imaterial, relacionada ao tema da dissertação

TÍTULO	TIPO	AUTOR	INSTITUIÇÃO	ANO
A educação patrimonial formal como elemento reconhecedor do patrimônio cultural de São Mateus do Sul, PR	Dissertação	LEDUR, Flávia Albertina Pacheco	UnC	2012
Memória e Discurso: múltiplos sentidos do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil	Dissertação	OLIVEIRA, Tatiana Mello de	UNIRIO	2011
Uma experiência de educação patrimonial na cidade de João Pessoa: o processo das Cartilhas do patrimônio pelo IPHAEP	Dissertação	TARGINO, Maria Ivonilde Mendonça	UFPB	2007

Fonte: Elaboração da autora (2020) com base no levantamento bibliográfico no Catálogo de Dissertações e Teses da Capes.

A pesquisa de Ledur (2012) intitulada *A educação patrimonial formal como elemento reconhecedor do patrimônio cultural de São Mateus do Sul-PR* abordou a relevância do patrimônio cultural como elemento formador de identidade. A pesquisa

objetivou analisar como o processo de ensino vem destacando a preservação da memória e do patrimônio cultural em São Mateus do Sul.

Abordar o patrimônio cultural como elemento formador de identidade é criar possibilidades para o surgimento de novos valores na sociedade contemporânea, é caracterizar, reconhecer aspectos religiosos, morais, artísticos, econômicos, entre outros, que poderão trazer críticas significativas para os modos de vida em um contexto atual.

Entre as considerações da autora, destacam-se os apontamentos quanto à falta de formações específicas e continuadas para o professor na área de patrimônio cultural e ausência de políticas públicas na área preservacionista da Educação Patrimonial, tanto material quanto imaterial, além da conclusão de que a própria escola não tem inserido, nem praticado, em seu Projeto Político-Pedagógico, a importância da Educação Patrimonial (LEDUR, 2012).

Essa vertente mais abrangente de patrimônio cultural abre caminhos para o compromisso do setor educacional em articular-se numa visão de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural, para a apropriação das reminiscências e conseqüentemente da identidade dos distintos grupos que compõem a sociedade.

Para Ledur (2012), o ensino de História na educação formal fornece caminhos para a percepção do Patrimônio Cultural Imaterial pelos discentes, tornando-se um subsídio inclusive para o desenvolvimento regional. Dessa forma, essa ação se constitui num caminho de valorização das culturas locais, reforçando a construção da identidade e o sentimento de pertença do discente a um determinado grupo histórico e social.

Aspectos da sociedade global podem confrontar e não fortalecer plenamente as identidades e as culturas locais. Em contrapartida, a História no campo disciplinar, em especial no que se reportam às aulas de História, pode dar continuidade a esse reconhecimento com reflexões para fortalecimento das culturas locais.

Da mesma forma, Oliveira (2011), em sua dissertação intitulada *Memória e discurso: múltiplos sentidos do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil*, aponta que a construção de um sentido cultural perpassa pela valorização do Patrimônio Cultural Imaterial, termo que vem se destacado desde as primeiras décadas do Século XX.

Desse modo, entende-se que o Patrimônio Cultural Imaterial precisa ser concebido como mais do que uma herança que pode influenciar nas ações do homem, mas como um processo de aprendizagem dialógica e constante.

A pesquisa de Oliveira (2011) teve como objetivo entender as responsabilidades das instituições estatais frente à preservação do patrimônio cultural imaterial. A pesquisadora, perante sua pesquisa conceitual e a prática das instituições estatais, concluiu que existe uma necessidade emergente em investir no reconhecimento e preservação do patrimônio cultural imaterial.

Targino (2007), em sua dissertação intitulada *Uma experiência de educação patrimonial na cidade de João Pessoa: o processo das Cartilhas do patrimônio pelo [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba] IPHAEP*, identificou respostas sobre o papel da preservação patrimonial, reconhecendo a educação como elemento fornecedor de historicidade e identidade aos alunos da rede estadual de educação, concluindo que essa vertente da educação deve ser incluída e sobretudo praticada no currículo escolar.

Logo, está evidente que a produção de materiais pedagógicos, por exemplo, é um dos inúmeros incentivos que a educação pode favorecer aos discentes para que práticas em Educação Patrimonial cultural sejam uma realidade nas escolas.

Partindo desse cenário, a categoria analítica da pesquisa é fundamentada a partir da ideia de que o resgate do Patrimônio Cultural Imaterial local é um dos objetos da História. Para Chartier (1994), os objetos da História, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades.

Assim, o reconhecimento e a valorização do Patrimônio Cultural Imaterial podem fortalecer a relação de pessoas com suas heranças culturais e melhorar seu relacionamento frente à responsabilidade, ao reconhecimento e à preservação do Patrimônio Cultural Imaterial, elemento fundamental para o desenvolvimento e o enriquecimento do povo e sua cultura.

A cultura demonstra o enraizamento do sujeito à sua estrutura, que o forma e o modifica ao longo do tempo pelos mundos culturais e suas identidades. Ao abordar elementos da cultura popular brasileira, vale ressaltar um conceito de cultura, advindo do século XX e mencionado por Hall (2006), para quem a cultura é um somatório de valores, costumes tradições e métodos adquiridos em um determinado lugar. É um elemento forte de identificação pessoal e social; portanto, precisa ser preservada e valorizada.

A publicação *Legislação sobre o Patrimônio Cultural* apresenta um relevante conceito para Patrimônio Cultural Imaterial:

Entende-se por patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhe são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010, p. 168).

O Patrimônio Cultural Imaterial se transmite de geração a geração, ou seja, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos que compõem o município. Dessa forma, é primordial que ações se efetivem no intuito de gerar uma percepção de identidade e continuidade, ou seja, a proteção desse patrimônio. Nesse sentido, o conceito de Patrimônio Cultural Imaterial remonta ao conceito de memória, outra categoria analítica adotada na pesquisa.

Bosi (1995) menciona a função social da memória, ou seja, a aprendizagem pela narrativa de homens que, para alguns, não tem papel ativo na sociedade, mas possui a brilhante função de revelar a memória da família, comunidade e município.

Em seu livro *História e memória*, Jacques Le Goff preocupou-se em citar as principais transformações sofridas pela memória, a partir do estudo das sociedades essencialmente orais. Para ele, a memória teria um papel crucial nas sociedades, em função de sua propriedade de conservação de informações do passado, possibilitando, assim, abordar os problemas referentes ao tempo e à história (CANO, 2012, p. 78).

Logo, entende-se que a memória é resultado de aprendizagens constantes de uma experiência histórica, ou seja, suas ações, de modo geral, estão intrinsecamente ligadas ao que foi apreendido ao longo de sua história, ao que foi construído, em sua memória, por meio, em especial, de experiências.

Conforme Hall (2006), uma identidade cultural enfatiza aspectos relacionados à pertença, à cultura étnica, aos fatores religiosos, regionais e nacionais. Partindo dessa concepção, a memória adquire um caráter perpetuador do Patrimônio Cultural Imaterial, tornando-se elemento primordial para sua valorização.

Portanto, em qualquer localidade, devido ao advento da globalização, o indivíduo não determina sozinho os aspectos de sua cultura mas é preciso que exista um mínimo de conhecimento e reconhecimento da sua cultura que esta esteja articulada às questões de seu espaço de vivência, para que esse indivíduo seja, por exemplo, um sujeito conhecedor e reconhecido de seu Patrimônio Cultural Imaterial.

2.3 ASPECTOS LEGAIS DA CULTURA IMATERIAL

A contemporaneidade, período que vai da Revolução Francesa em 1789 até os dias atuais, configurou debates e responsabilidades distintos frente às questões da cultura imaterial e sua legalidade no Brasil. A definição dessas responsabilidades é relevante para que cada agente social tenha consciência de suas ações frente à comunidade na qual está inserido.

No Brasil, o patrimônio cultural é uma temática ligada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), importante entidade criada em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, assinada pelo então presidente Getúlio Vargas. Da referida época aos dias atuais, cabe ao Iphan a salvaguarda dos bens culturais materiais e imateriais do Brasil para o conhecimento das futuras gerações.

Não apenas os conceitos de cultura e de cultura imaterial se modificaram ao longo do tempo, mas também ocorreu uma modificação nos modos de se reconhecer e preservar a cultura de um povo. A cultura imaterial passou a ser também responsabilidade da União, dos estados e dos municípios.

Hall (2006) define que há certa responsabilidade nacional em favor do reconhecimento e da valorização de todo o acervo que configura a expressão cultural de um povo. As ações para a defesa da cultura regional colaboram para essa visão, pois, quando se reconhece e se valoriza a cultura regional, preserva-se a cultura nacional. A cultura é um estímulo à preservação e à prática de valores, gerando desenvolvimento, razão pela qual a União precisa desenvolver e efetivar políticas que reconheçam e preservem seu patrimônio.

Na *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, aprovada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no ano de 2003, em complementação à *Convenção do Patrimônio Mundial*, de 1972, publicada na compilação da Câmara dos Deputados em 2010, remontando à ideia de reconhecer primeiramente para depois preservar, o patrimônio cultural foi reconhecido como

[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Ele é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e

continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (CONVENÇÃO..., 2010, p. 168).

A cultura e suas representações precisam ser inseridas num projeto político amplo de uma nação, pois a cultura, por si só, pode representar a riqueza imaterial de uma nação, embora precise de uma força motriz de reconhecimento que parta da esfera política, como o registro em documentos oficiais e os projetos de preservação.

Nessa visão, a práxis do docente de história poderá contribuir para a relação do Patrimônio Cultural Imaterial local, seu reconhecimento e sua preservação, construindo uma profunda dialogia entre a realidade discente e sua cultura, tornando-o um sujeito da História. Assim como a educação pode contribuir para esse processo, existem responsabilidades sob a perspectiva federal na Constituição brasileira de 1988, que estabelece no art. 215:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (BRASIL, 1988, acesso em 15 mar. 2020)).

É necessário que o Estado-nação elabore práticas que reconheçam e preservem o patrimônio cultural brasileiro. O Brasil possui uma imensa diversidade cultural, com um passado caracterizado por uma rica história e dotado de diversas práticas culturais que configuram seu Patrimônio Cultural Imaterial. A Constituição Brasileira de 1988 estabelece no inciso III do mesmo art. 215 as responsabilidades e práticas do Estado em favor da cultura:

Art. 215. [...] I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II produção, promoção e difusão de bens culturais; **III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões**; IV democratização do acesso aos bens de cultura (BRASIL 1988, acesso em 15 mar. 2020, grifos nossos).

No art. 216, há uma ampliação na definição de patrimônio cultural brasileiro, abrindo espaço para as expressões da cultura popular e os bens imateriais que formam o patrimônio intangível da sociedade brasileira:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e

tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico ecológico e científico (BRASIL, 1988, acesso em 15 mar. 2020).

A Constituição Federal reconhece os elementos que formam o Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil e a União reconhece que práticas culturais, hábitos e memórias de lugares onde se produziram cultura são elementos desses bens tão necessários à composição da História e da memória de uma nação.

Torna-se também necessário mencionar ainda os parágrafos do referido dispositivo constitucional:

Art. 216. [...]

§ 1.º O poder público, com colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. § 2.º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. § 3.º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais. § 4.º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei. § 5.º Ficam tombado todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (BRASIL, 1988, acesso em 15 mar. 2020).

As responsabilidades de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural imaterial no Brasil são partilhadas, mas, ao mesmo tempo, possuem dimensões macros bem definidas.

No que tange ao Patrimônio Cultural Imaterial, sob responsabilidade do município, é importante lembrar o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, no qual consta o seguinte:

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. § 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros: I – Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II – Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III – Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV – Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. § 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. § 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo deste artigo. Art. 2º São partes legítimas para provocar

a instauração do processo de registro: I – o ministro de Estado da Cultura; II – instituições vinculadas ao Ministério da Cultura; III – secretarias de estado, de município e do Distrito Federal; IV – sociedades ou associações civis (BRASIL, 2000, acesso em 15 mar. 2020).

Portanto, o município possui autonomia para reconhecer, preservar e incentivar ações em parceria com suas secretarias em favor da salvaguarda de sua história.

Por intermédio e incentivo da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Cultura e das escolas municipais, por meio do ensino de História, caminhos poderão ser planejados para a efetivação dessas leis que preconizam em seus objetivos ações de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural imaterial local.

Se efetivadas, essas ações motivarão a formação de sujeitos históricos conscientes de seu papel e atuação ao longo do tempo. Isso, porque nas vertentes legais do direito brasileiro, elementos como identidade, memória, práticas culturais, entre outros, que fazem parte do patrimônio cultural imaterial local, vão ao encontro dos objetivos do ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental.

Em resumo, na próxima seção apresentaremos discussões sobre o ensino de História no Ensino Fundamental II com foco no reconhecimento e na preservação do Patrimônio Cultural Imaterial Local.

2.4 O ENSINO DE HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL anos finais: FOCO NO RECONHECIMENTO E na PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL LOCAL

No Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) ressaltam a garantia do padrão de qualidade. O ensino ofertado em qualquer lugar do país, segundo a Carta Magna, deve proporcionar a todo estudante o mesmo nível de formação, conforme o art. 210: “[...] serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental” (BRASIL, 1988, acesso em 15 mar. 2020).

A Lei nº 9.394 DE 1996, conhecida como Lei Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), no art. 26 dispõe que “[...] os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino” (BRASIL, 1996, acesso em 15 mar. 2020). Esse direcionamento legal perpassa pelo intento de que conhecimentos básicos deveriam ser garantidos como direito a todos os discentes do Brasil para que,

caso mudassem de escola, ao longo do ano letivo, pudessem acompanhar o mesmo conteúdo do ensino os quais começaram a estudar na escola anterior.

A partir dessa perspectiva é que, por meio da articulação de vários setores da sociedade, foi elaborada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um conjunto de orientações nas quais se definem as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

É necessário que ao discente sejam garantidos, no processo de ensino-aprendizagem, conhecimentos de uma base comum, mas também conhecimentos que contemplem aspectos da cultura e do seu entorno sócio-histórico, direitos de aprendizagem extremamente relevantes para a formação do sujeito.

Então, fica evidente, na caracterização do ensino de História, que elementos da cultura local precisam ser abordados no cotidiano escolar para que o discente seja conhecedor de sua história.

As Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) enfatizam as concepções gerais do ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental e mencionam a valorização do patrimônio sociocultural como elemento primordial do processo ensino-aprendizagem (BRODBECK, 2012), ou seja, relaciona os saberes da História como disciplina escolar ao Patrimônio Cultural Imaterial da comunidade local.

Ainda segundo Brodbeck (2012), as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental propõem o trabalho com temas transversais, a exemplo do tema “pluralidade cultural”, incluindo assim o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural imaterial entre as práticas abordadas no cotidiano escolar.

A educação brasileira, em sua perspectiva curricular didático-pedagógica, nos aspectos legais que caracterizam a Educação Básica, concebe a relevância da prática de um processo ensino-aprendizagem direcionado, entre outras vertentes, para favorecer práticas educativas que tornem o discente conhecedor de seu patrimônio cultural imaterial.

Ações da educação formal, representadas pelo ensino de História, poderão ajudar a valorizar o Patrimônio Cultural Imaterial, construindo práticas que identificam, investigam, preservam, protegem, promovem e transmitem o Patrimônio Cultural Imaterial (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010).

Em termos de documentos oficiais (que compõem o currículo escolar), o município, campo desta pesquisa, adotou até 2016 instrumentos pedagógicos

próprios para o acompanhamento de conteúdos e habilidades nos anos iniciais do Ensino Fundamental que contemplam temas como a História Local, sua cultura e patrimônio. Já o ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental está intrinsecamente relacionado à visão de cidadania e da leitura de mundo, preconizados nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Desse modo, precisa pautar-se na relação teoria e prática e no cotidiano da realidade discente.

Assim, as práticas pedagógicas no ensino de História podem se beneficiar das abordagens da Nova História Cultural, que incentivam a valorização de todos os elementos históricos do cotidiano, ao abordar temas como memória, História Local e patrimônio cultural que consolidam no saber discente a percepção do sujeito histórico, estimulam o aluno a conhecer e a valorizar o patrimônio cultural imaterial de seu município.

A educação patrimonial integra atualmente os planejamentos escolares e especialmente os professores de História têm sido convocados e sensibilizados para essa tarefa, que envolve o desenvolvimento de atividades lúdicas e de ampliação do conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a sociedade estabelece com ele: como é preservado, o que é preservado, e por quem é preservado (BITTENCOURT, 2009, p. 277).

A educação contemporânea apresentou desafios, mas também conquistas relevantes, como a oportunidade da autonomia escolar frente às questões pedagógicas. Assim, a escola pode criar espaços de aprendizagens, como debates, entrevistas, exposições, entre outros, e contemplar a Educação Patrimonial para que o discente se sinta motivado a participar das ações e dos projetos da escola em prol do reconhecimento e da preservação de seu Patrimônio Cultural Imaterial local.

Para Neves (2012), a preservação do Patrimônio Cultural Imaterial enfatiza a transmissão natural, "pelo fazer e ver fazer", sendo responsabilidade dos órgãos oficiais e dos cidadãos conscientes registrar e preservar esses bens que podem ser:

Saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; formas de expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se produzem práticas culturais coletivas (NEVES, 2012, p. 29).

Nessa perspectiva, o ensino de História, nos anos finais do Ensino Fundamental poderá potencializar aprendizagens por meio de práticas pedagógicas

que se referem à necessidade de refletir sobre o resgate dessas memórias e conseqüentemente sobre a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Para Monastirsky (2009), a preservação do Patrimônio Cultural Imaterial relaciona-se ao desenvolvimento da sociedade, tornando-se um resultado coletivo que inclui hábitos e costumes e preserva a história do lugar.

As práticas pedagógicas construídas a partir das relações entre professores e alunos nas aulas de História podem constituir-se em espaços educativos, culturais e científicos, capazes de articular o ensino e a prática cotidiana numa relação mediadora entre a sociedade, gerando espaços de dialogia e indissociabilidade na relação teoria e prática no ensino de História. É um campo fértil para a construção de novos saberes que poderão intervir de modo efetivo na sociedade.

Debates, painéis, visitas de estudo, entrevistas, seminários são práticas pedagógicas que, planejadas de forma participativa, de modo a inserir docente, discente, equipe escolar e toda a comunidade, por exemplo, tornam-se em ações que podem ser desenvolvidas nas aulas de História e que contribuirão para estreitar a relação do discente com o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural imaterial de seu município.

Para tanto, na intenção de partir de argumentos teóricos para a análise empírica, seleciona-se, a partir de critérios objetivos, o campo de pesquisa, que incide sobre o município de Presidente Kennedy localizado no sul do estado do Espírito Santo.

3 METODOLOGIA

Nesta seção, abordaremos questões concernentes ao marco metodológico que subsidiou a realização desta pesquisa. Assim, trataremos do percurso metodológico, dos sujeitos e do local da pesquisa, bem como dos materiais e métodos que foram utilizados no decorrer do estudo.

3.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo teve o intuito de explorar a temática da Educação Patrimonial e História Local, de forma a contribuir para a preservação da memória histórica municipal, a partir de relatos de professores de História dos anos finais do Ensino Fundamental da rede pública municipal de Presidente Kennedy-ES. Dessa forma, ele procura colocar luz sobre a contextualização da teoria e das práticas de aprendizagem que destaquem os vários patrimônios culturais materiais e imateriais do município, dentro das práticas pedagógicas das escolas municipais, valorizando a educação patrimonial, preservando a memória histórico-cultural kennedense.

Para tanto, faz-se necessário traçar o percurso metodológico que subsidiou esta pesquisa. Assim, a finalidade da metodologia é a reconstrução teórica de conceitos, ideias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, melhorar embasamentos teóricos, quadros de referência, condições explicativas da realidade, polêmicas e discussões pertinentes ao assunto abordado (DEMO, 2000).

A pesquisa desenvolvida insere-se no contexto das pesquisas qualitativas pelas quais se buscam desenvolver conhecimentos científicos partindo de um determinado problema previamente identificado pelo pesquisador, compreendendo que o conhecimento parcial produzido a partir da problemática estará permanente construção. Segundo o estudo de Bogdan e Biklen (2006), a pesquisa qualitativa trata da investigação como fonte de dados no ambiente, em que o pesquisador se torna o principal agente para a coleta e análise de dados.

Dessa forma, André (2019, p. 97) reflete que “[...] as abordagens qualitativas de pesquisa se fundamentam numa perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados”.

Dessa maneira, esta pesquisa se constituiu em um estudo de caso de natureza qualitativa. Conforme André (1984), esse tipo de metodologia de pesquisa é bastante amplo, pois configura uma investigação sistemática de um fenômeno específico, o qual pode ser um evento, uma instituição, uma pessoa, um grupo específico, uma escola, um programa, um acontecimento, dando ênfase no particular sem perder de vista o contexto geral em que está inserido o fenômeno.

É válido ressaltar que o estudo de caso desta pesquisa pauta-se nos preceitos do estudo de caso coletivo, o qual é aquele “[...] quando o pesquisador escolhe diferentes casos, intrínsecos ou instrumentais, para estudo” (ANDRÉ, 2019, p. 98).

Logo, percebe-se que a pesquisadora deste estudo, ao propor examinar os conhecimentos teóricos e práticos sobre a Educação Patrimonial e o ensino da História Local de professores de História dos anos finais do Ensino Fundamental de três diferentes realidades escolares de Presidente Kennedy/ES, pretendeu formular argumentos baseados em evidência científica que respondessem as suas indagações sobre o lugar da Educação Patrimonial e do ensino de História Local nas práticas pedagógicas dos profissionais da educação envolvidos na pesquisa.

A escrita do estudo de caso deve se preocupar com aspectos de adequação e retórica do texto. Em termos de adequação, ele pode ser direcionado para um público-alvo, todavia deve ser claro o suficiente para outros públicos entenderem. Some-se a isso o fato de ser criticado por outros pesquisadores, participantes e informantes, ter que caracterizar os sujeitos da pesquisa, ou estabelecer seu anonimato, e ser atraente para o leitor (YIN, 2016).

Em detalhes, a metodologia empregada nesta pesquisa foi desenvolvida obedecendo ao seguinte percurso:

a) Pesquisa bibliográfica e pesquisa documental: nessa fase, foi realizada uma análise bibliográfica de autores renomados da área que discutem sobre Educação Patrimonial e ensino de História, ao mesmo tempo que refletem sobre como esse tema pode ser inserido nas práticas pedagógicas escolares, como também os documentos oficiais que respaldam a sua abordagem no contexto educacional.

b) Pesquisa de campo: nessa etapa, foi realizado um estudo de caso com professores de História dos anos finais do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Presidente Kennedy/ES, com a finalidade de apresentar dados que mostram a realidade da Educação Patrimonial incorporada às práticas pedagógicas desses profissionais da Educação.

3.2 LOCAL E SUJEITOS DA PESQUISA

A rede municipal de educação do município de Presidente Kennedy/ES é composta por 18 unidades escolares de Ensino Fundamental, sendo 17 localizadas na zona rural e uma na zona urbana. Ainda tem quatro Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), sendo uma escola na zona urbana e duas na zona rural.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou em 2019 para a cidade de Presidente Kennedy/ES uma população de 11.574 pessoas cuja densidade demográfica atinge 17,66 hab/km². Entre as cidades do estado do Espírito Santo, Presidente Kennedy encontra-se na 64^a posição em relação ao quantitativo populacional, se comparada ao último censo demográfico que apresentou uma população de 10.314 pessoas, obteve um aumento de 12,2%. Esse município apresenta a maior renda *per capita* — Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 513.134.20 (IBGE, 2019) — em relação aos demais municípios capixabas, grande parte em decorrência das explorações do petróleo em alto mar, na camada pré-sal. Cabe destacar, no entanto, que, no que tange à relação entre pobreza e desigualdade social, esse município apresenta dados alarmantes que vai na contramão do seu PIB.

Nesta pesquisa, procura-se perscrutar os conhecimentos teóricos e práticos dos seis professores de História que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental da rede pública municipal do referido município no que se refere à Educação Patrimonial e ao Ensino da História Local. Esses profissionais lecionam nas três escolas que atendem educandos do 6^o ao 9^o ano do município de Presidente Kennedy/ES, a saber: Escola Berry Barreto, Escola de São Salvador e Escola Vilmo Ornelas Sarlo.

A pesquisa sobre a Educação Patrimonial e a História Local como forma de preservação da memória deve ser instituída nas práticas pedagógicas para contribuir para a promoção e valorização do patrimônio cultural local através do conhecimento das riquezas patrimoniais locais para manter o anonimato da pesquisa e preservar a identidade do participante, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa tendo sido aprovado sob o nº 49430021.6.0000.8207 (ANEXO A).

3.3 MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo bibliográfico que compõe esta pesquisa foi realizado com o auxílio de livros, artigos, dissertações e teses que versam sobre a temática da Educação Patrimonial e do ensino de História.

Em contrapartida, a pesquisa documental contou com o auxílio de legislações, portarias normativas, programas curriculares e orientações didático-pedagógicas expedidas pelos governantes e gestores da educação nacional.

Já a pesquisa de campo, mais especificamente, o estudo de caso contou com o apoio de alguns materiais e métodos específicos. Dessa forma, em um primeiro momento fez-se o levantamento do quantitativo de professores que ministram a disciplina de História para os anos finais do Ensino Fundamental na rede pública municipal de Presidente Kennedy/ES. Em seguida, foi aplicado o questionário para a coleta de dados, a fim de serem analisados e descritos nos preceitos dos subsídios teóricos deste estudo de caso.

Com vistas à coleta de dados, para dar prosseguimento à pesquisa, optou-se pela aplicação de um instrumento do tipo questionário. Sobre tal instrumento, Gray (2012) assinala que é o instrumento de coleta de dados primário mais usado nas pesquisas, pois permite uma visão analítica que explora as relações existentes entre as variáveis. No mesmo sentido, o questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido

[...] como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

No caso do questionário desta pesquisa, salienta-se que é composto por questões fechadas e abertas, em que os sujeitos pesquisados terão que escolher a opção que lhes cabem, bem como dissertar sobre a temática perguntada.

Conforme o estudo de Chaer, Diniz e Ribeiro (2011) sobre a técnica do questionário na pesquisa educacional, pode-se compreender algumas vantagens e desvantagens do uso dessa técnica de coleta de dados. Assim, os pesquisadores apresentam, como pontos fortes do questionário, a garantia de anonimato do sujeito pesquisado; as questões objetivas e de fáceis pontuações; as questões padronizadas que garantem uniformidade; o fato de que esse instrumento de coleta de dados deixa

em aberto o tempo para as pessoas pensarem sobre a resposta; a facilidade de conversão de dados para o computador e, finalmente, o custo razoável.

Enquanto isso, como pontos fracos do questionário, Chaer, Diniz e Ribeiro (2011) apresentam os seguintes argumentos: a baixa taxa de resposta para questionários enviados; a inviabilidade de comprovar respostas ou esclarecê-las; dificuldade de pontuar questões abertas; a possibilidade de respostas influenciadas pelo desejo de nivelamento social; a restrição a pessoas aptas à leitura e a ambiguidade dos itens.

Nesse sentido, o questionário desta pesquisa foi publicado na plataforma de formulários *Google Forms* e posteriormente encaminhado para o *WhatsApp* dos professores de História dos anos finais do Ensino Fundamental da cidade de Presidente Kennedy/ES, durante o mês de junho de 2021.

Escolheu-se o questionário para ser instrumento de coleta de dados para esta pesquisa por ser descritiva e, conforme as assertivas de Gil (1999), essa forma de coletar os dados, bem como a entrevista semiestruturada, a observação, o formulário, são as técnicas mais coerentes para o tipo de estudo que caracteriza esta dissertação.

Outra justificativa para a escolha do questionário como material de coleta de dados é o fato de estarmos passando por um momento de isolamento social, decorrente da pandemia de Covid-19, o que impede que a pesquisadora tenha contato direto com os professores pesquisados; logo, faz-se necessário o uso do questionário *online* para que os profissionais participantes da pesquisa possam participar da pesquisa.

O questionário foi tabulado após a resposta dos professores pesquisados e analisado com base na literatura científica que discute as temáticas que foram questionadas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, apresentamos as análises e as discussões dos dados da pesquisa de campo que foi realizada com professores que ministram a disciplina de História nos anos finais do Ensino Fundamental de escolas públicas municipais da Educação Básica do município de Presidente Kennedy/ES.

Para tanto, a seção está dividida em quatro seções secundárias, em que se discutem os pressupostos da Educação Patrimonial em sala de aula a partir de fontes teóricas, o perfil dos professores de História que foram pesquisados e sua familiaridade com a Educação Patrimonial, as Diretrizes Curriculares e o Projeto Político-Pedagógico das escolas em que os professores lecionam, bem como a prática pedagógica desses professores em sala de aula no que tange à Educação Patrimonial.

4.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM SALA DE AULA: O QUE É? COMO SE FAZ?

A Educação Patrimonial pode ser entendida como o processo educativo que, no ambiente escolar, viabiliza o ensino e a aprendizagem dos conhecimentos sistematizados sobre os patrimônios culturais em seus aspectos histórico, artístico, arqueológico e em suas nuances material, imaterial e natural, no contexto das aulas de Geografia e, sobretudo, de História.

Partindo dessa perspectiva, Gazzóla (2009) sustenta que a História como ciência e disciplina escolar curricular também possui uma história que manteve, durante muito tempo, uma visão tradicional frente ao conteúdo do ensino e às práticas pedagógicas, mas que hoje apresenta um caminho de possibilidades para que o docente possa mediar um ensino ativo e em que o discente seja sujeito construtor de sua própria história.

Como disciplina escolar, a História manteve-se até o fim do século XIX e início do século XX em um direcionamento intrinsecamente ligado aos feitos dos heróis e à memorização mecânica dos fatos. No entanto, as manifestações sociais e educacionais advindas de meados do século XX até o século XXI, ligadas à necessidade de evidenciar temas como cultura, memória, patrimônio cultural, entre outros que aproximam o discente ao conteúdo do ensino, tornaram o aluno o protagonista das ações positivas de sua comunidade.

O estudo do pesquisador André Luís Ramos Soares (2003, p. 46), o qual discute exatamente sobre as concepções a respeito do que vem a ser patrimônio cultural, revela:

Quando falamos sobre Patrimônio Cultural, logo pensamos em monumentos, casas antigas etc. Esta é a visão do senso comum, porém a ideia de Patrimônio é bem mais ampla e inclui vários outros aspectos. Todas as modificações feitas por uma sociedade na paisagem para melhorar suas condições de vida, bem como todas as formas de manifestação socialmente compartilhadas, fazem parte do patrimônio, pois todo objeto ou ação que se refere à identidade de uma sociedade constitui seu patrimônio.

Além disso, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), conforme a Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016, que estabelece as diretrizes para essa área, assim concebe a educação patrimonial:

Art. 2º. Para os efeitos desta Portaria, entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação (IPHAN, 2016, acesso em 15 abr. 2020).

Dessa maneira, os saberes escolarizados a respeito da Educação Patrimonial devem estar alinhados às concepções sócio-históricas que subjazem à trajetória da humanidade, destacando as contribuições dos sujeitos sociais — produto e produtor da História — e suas relações interpessoais, para a construção e a apropriação dos patrimônios.

Nesse sentido, pesquisadores como Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 6) salientam que

[...] o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens culturais, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira compreendida como múltipla e plural.

Logo, são premissas da instituição escolar, mais especificamente no ensino de História, a conscientização dos sujeitos sociais a respeito dos patrimônios culturais que fazem parte do contexto da sua regionalidade e localidade. Pode-se dizer que é na relação entre professor e aluno, balizada pelos conhecimentos sistematizados a

respeito dos patrimônios culturais, que ambos vão apreender e compreender os significados e os sentidos a respeito da Educação Patrimonial.

Grunberg organizou o manual de atividades práticas de Educação Patrimonial para atender às perspectivas normativas e práticas de trabalho em sala de aula com a temática dos patrimônios. Nessa ótica, Grunberg (2007) explicita que há uma metodologia específica com passos a serem seguidos pelos profissionais da educação que trabalham com a temática da Educação Patrimonial.

São quatro os passos estipulados pela metodologia de Grunberg (2007), a saber: a) observação a partir das percepções sensoriais dos alunos, com atividades de perguntas, experimentação, descobertas, entre outras; b) registro em que o aluno precisa esboçar em forma de texto, desenho, fotografias, maquetes, o seu entendimento a respeito da temática que está em evidência; c) exploração pela qual o aluno é levado a pesquisar em jornais, revistas, livros, sítios as nuances dos patrimônios; d) apropriação em que o aluno é levado a recriar, por meio de pinturas, esculturas, desenhos, dramatização, entre outras abordagens lúdicas, o que aprendeu sobre o tema da Educação Patrimonial.

4.2 OS PROFESSORES E SUA FAMILIARIDADE COM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Para a análise dos dados da pesquisa realizada, é importante que seja apresentada uma caracterização do perfil dos participantes entrevistados a fim de destacar suas particularidades. Por essa razão, constata-se que cinco participantes são do sexo feminino e um é do sexo masculino, entre idade de 28 a 58 anos. A experiência profissional que os participantes informaram varia de 7 a 28 anos, destacando assim que os profissionais possuem experiência com a disciplina de História.

Com relação a isso, foi solicitado, na pergunta seguinte, que os participantes informassem o ano/turma em que atuam como professor. Em resposta, obteve-se que todos os respondentes atuam no Ensino Fundamental II e somente um participante adicionou sua atuação também na Educação de Jovens e Adultos.

Posteriormente, foi questionado em que ano o participante se graduou em História e se continuou os estudos em nível de pós-graduação. Em resposta, destaca-se que os participantes concluíram sua graduação entre 1994 e 2014. Já em relação

à formação, todos os participantes informaram que possuem especialização na área de educação. Foi possível destacar as seguintes áreas: História da África e Mestrado em Educação (História local e Educação de Jovens e Adultos); História do Brasil e Artes; História moderna e contemporânea; Educação especial; Psicopedagogia; Educação ambiental e Mestrado em Ciência Política, História do Brasil.

Esses dados apontam que os professores da pesquisa se preocupam com sua formação e se mantêm atualizados, uma vez que isso pode interferir positivamente no processo educacional dos alunos. Um professor que deseja fazer a diferença na vida educacional de seu aluno deve constantemente se manter atualizado e informado quanto às exigências do mundo atual.

Diante disso, a pergunta nº 12 do questionário indaga se os professores têm participado de alguma formação continuada e, se sim, qual seria. Em resposta, quatro professores afirmaram que haviam realizado alguma formação e as especialidades variam entre: cursos profissionalizantes do FNDE, BNCC para o Ensino Fundamental II, Educação Inclusiva, Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) em sala de aula e complementação pedagógica. Outros dois afirmaram que não estão realizando formações continuadas. As formações apresentam positividade significativa para todo o ambiente educacional, por essa razão é importante que ocorram em todo o contexto escolar, o que não difere quanto à Educação Patrimonial.

É importante que os docentes tenham conhecimento da importância da Educação Patrimonial e como é importante trabalhar esse tema com os alunos. Dessa forma, destaca-se que a primeira pergunta do questionário busca conhecer o que o participante considera sobre a Educação Patrimonial. Em resposta, obteve-se que os participantes compreendem que Educação Patrimonial é uma forma de trabalhar questões culturais utilizando metodologias que podem ser formais ou não formais de explorar diariamente a cultura de um povo (GRUNBERG, 2007). Eis algumas respostas dos participantes:

P4: A Educação Patrimonial é o ensino dos bens culturais, objetivando proporcionar às pessoas um maior contato com o patrimônio cultural, principalmente de sua região.

P5: Consiste em uma importante ferramenta de ensino sobre o mundo e a cultura que é construída ao seu redor, sendo uma forma de instruir a população de um determinado lugar sobre a valorização das heranças culturais e sua identidade, desde os patrimônios materiais ou imateriais.

P6: É uma educação que aborda conceitos de patrimônios históricos que relata a importância que certos objetos, lugares, casas etc. possuem ou possuíram para alguém, para um povo em si, para uma sociedade.

Ao analisar as respostas dadas pelos participantes da pesquisa, ficou constatado que os professores consideram a Educação Patrimonial uma metodologia de abordagem necessária para a formação e para o trabalho com temas sobre o patrimônio cultural. Também foi destacado como processo educativo que, se apropriado socialmente, pode ser utilizado como um recurso para a compreensão sócio-histórica. Em consonância, Horta, Grunberg e Monteiro (1996) afirmam que a Educação Patrimonial pode ser caracterizada como uma ação educativa que respeita a pluralidade de sentido em relação ao patrimônio cultural. Assim sendo, as manifestações que ocorrem permitem um contato direto. Essas reflexões se assemelham ao que os professores informaram em suas respostas, destacando que a Educação Patrimonial pode levar os estudantes a se desenvolverem em um processo ativo na valorização e na apropriação da herança cultural.

Em complemento a isso, a pergunta de número três relaciona-se ao que o participante considera como Memória Local e a de número cinco relaciona-se ao que o participante considera como Memória Cultural. Em resposta, obteve-se que os professores consideram a memória local como a utilização da História Local, a memória e vivência de um povo ou grupo, como também, declaram que podem ser aqueles fatos históricos do cotidiano que ocorrem no local em que o aluno está inserido.

O participante P4 afirmou que “[...] é o estudo da História Local, com o objetivo de resgatar e valorizar a identidade histórica da comunidade”. Essas observações evidenciam as formas de expressão, criações culturais, documentos que fazem parte da identificação local. Já em relação ao que consideram como memória cultural, os professores relataram que são heranças culturais que se desenvolvem como uma ponte para o conhecimento, ou seja, podem ser toda a memória cultural do sujeito, como hábitos, costumes, normas e regras, bem como ritos, monumentos, celebrações e objetos. Os participantes também afirmaram que é a memória que pode ser perpetuada por gerações, como o modo de falar, comidas típicas que podem ou não serem rompidas com o tempo.

Diante dessas constatações, pode-se destacar que alguns teóricos consideram relevante a utilização da Educação Patrimonial com foco participativo e a memória local e cultural como um aporte que merecem ser destacados em sala de aula, a fim de aprimorar os processos de ensino/aprendizagem.

Para Bosi (1995), memória é como um baú em que se podem enfatizar as referências e as recordações nos momentos que julgarmos necessários. Além das recordações, as memórias guardam também os conhecimentos adquiridos e que são transpassados ao longo dos tempos. Assim, as memórias não destacam somente o eu, mas sobretudo aqueles com quem se teve contato, as experiências e a coletividade. Dessa forma, tanto a memória local quanto a cultural permeiam as relações coletivas da vida em sociedade.

É importante evidenciar se os professores participantes tiveram alguma experiência com a Educação Patrimonial, enquanto cursavam a licenciatura de História na sua formação inicial. Para tal, a pergunta nº 11 do questionário voltou-se para esse levantamento, ao qual se obtiveram as seguintes respostas:

P1: Forneceu somente o básico. A História Local vai muito além, para trabalhar com ela, necessita conhecimento da sua área de trabalho (comunidade).

P2: Em teoria sim, mas na prática não. Só quando a pessoa está inserida na prática de ensino e aprendizagem e principalmente trabalhar com a História Local é que percebemos o real sentido.

P3: Não. Porque a História Local e patrimonial ficam à margem da História tradicional.

P4: Não se aplica.

P5: Sim, pois houve uma formação bastante apurada nesse sentido.

P6: Sim. porque o curso vê a necessidade de trabalhar a Educação Patrimonial e a História Local em sala de aula.

As respostas dos professores apresentam uma dicotomia entre “sim, tive bons subsídios e aplicabilidade”, “sim, tive bons subsídios, mas sem aplicabilidade do âmbito escolar” e “não tive subsídios na faculdade”. Baseados nisso, Farias (2002) aborda que cabe à formação inicial propiciar a mediação necessária dotando o professor para o exercício da Educação Patrimonial no ambiente escolar. É seu dever sensibilizar a comunidade e preservar o coletivo.

Por essa razão, o professor precisa de uma formação que aprimore essa relação com a Educação Patrimonial. Por isso, muitos professores acabam por não trabalhar, em sala de aula, o tema, tendo que buscar conceitos e estratégias em materiais auxiliares, indo em busca do conhecimento para transmitir ao aluno. Essa realidade, por vezes, implicará informações que são importantes e que não serão compartilhadas, pois, por vezes, nem sempre, os docentes conseguirão ir em busca de todo o conhecimento necessário sobre o assunto.

Na seção seguinte, será analisado como o Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas abordam a Educação Patrimonial e como isso pode ser aplicado no contexto escolar.

4.3 AS DIRETRIZES CURRICULARES E O PROJETO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS DE PRESIDENTE KENNEDY/ES: A PRESENÇA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Após a análise das respostas dos professores e das análises dos documentos que contribuem para a qualidade do ensino, destacou-se que as escolas não possuem nenhuma conceituação e abordagem sobre o trabalho com Educação Patrimonial em seus documentos norteadores.

É importante destacar que o patrimônio cultural é de extrema relevância para a formação da identidade dos sujeitos, por meio de possibilidades e concretização para a construção da sociedade contemporânea. Dessa forma, a inserção e a abordagem do tema é importante para o contexto educacional e deve fazer parte de todo ambiente escolar.

A pergunta nº 13 do questionário interpelou se, na escola em que trabalham, existe algum documento que norteie o trabalho com a Educação Patrimonial; caso a resposta fosse sim, os participantes deveriam citar quais documentos abordam esse tema. Os professores informaram que não existe documento na escola que aborde o trabalho com a Educação Patrimonial. Alguns participantes relataram que encontram informações acerca do tema somente em alguns livros didáticos e, com base nisso, organizam os planejamentos para a condução da aula. Destacam, no entanto, a abordagem precária dos livros sobre o assunto.

Em contraponto a isso, a pergunta nº 19 da entrevista indagou se o professor já leu as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino e aprendizagem da disciplina de História; caso afirmassem sua resposta, eles deveriam apresentar os aspectos que compõem a Base aplicados em sua prática pedagógica. Em resposta, todos os professores afirmaram ter conhecimento do que é abordado para o ensino da disciplina na BNCC e afirmaram que realizam o desenvolvimento de uma leitura crítica da História, criando relações entre passado e presente que contribuam para a formação de uma autonomia.

De acordo com Ledur (2012), poucas são as formações ofertadas no campo da Educação Patrimonial. A ausência de políticas públicas e a falta de inserção desses aspectos no PPP da escola tornam a educação escolar despreparada frente a um conhecimento tão importante, por vezes deixado de lado. É o que se pode notar na BNCC, pois ela apresenta considerações sobre o ensino de História sem informação sobre o modo como deve ser inserida a Educação Patrimonial no ambiente escolar.

Assim sendo, destaca-se continuamente que a falta de abordagem sobre a Educação Patrimonial no ambiente escolar e em documentos de base acabam resultando em trabalhos inconclusivos. Por vezes, as orientações ocorrem de forma geral e as formações continuadas que deveriam acontecer não ocorrem. Mais uma vez, salienta-se a importância de incluir os conceitos e as abordagens de forma integral em todo âmbito escolar.

4.4 A PRÁTICA DOS PROFESSORES EM SALA DE AULA EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Em continuidade às análises das entrevistas e discussões com os teóricos, é importante destacar como os professores trabalham e dialogam, em sala de aula, com a Educação Patrimonial. Estabelecer relações entre o modo como ocorrem as práticas educacionais e as trocas com os outros colegas é de extrema importância para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Assim sendo, as perguntas nº 2, nº 4 e nº 6 da entrevista relacionam-se diretamente com a prática do docente em relação à Educação Patrimonial, Memória Local e Memória Cultural respectivamente. Os professores deveriam citar também, caso a resposta anterior fosse positiva, de que maneira ocorrem essas práticas em sala de aula.

Nas respostas, obteve-se que, em relação à prática de sala de aula sobre a Educação Patrimonial, todos os professores destacaram que trabalham o tema, apesar de faltar-lhes aprofundamento. Em suas práticas, foi constatado que os docentes partem da História Local e depois a relacionam com a História global, apontando os ganhos da Educação Patrimonial da localidade, por meio de textos, imagens, pesquisas e até aulas de campo a determinados espaços não formais de relevância memorialística. Todos os professores afirmaram que enfatizam a importância do patrimônio cultural e de sua preservação.

Em relação à prática docente sobre a Memória Local, todos os professores também relataram que trabalham o tema no contexto escolar por meio de entrevistas com alguém da comunidade ou familiar mais idoso, instigando a contar como era a cidade anos antes, ressaltando a importância de cada povo, compreendendo que eventos, pessoas, lugares e trilhas fazem parte do processo e da evolução histórica. Os professores contaram também que realizam confecção de mural fotográfico, rodas de contação de histórias, projetos interdisciplinares e amostragem de documentos antigos.

Por fim, em relação à prática docente sobre a Memória Cultural, todos os docentes afirmaram que trabalham em sala de aula com estratégias que partem da escola local, de algo concreto (patrimônio material) e imaterial para dinamizar as aulas. Foi relatada também a realização de festas, festival de danças típicas, produção de desenhos e coleta de imagens, tudo com vistas a estabelecer vínculos entre o passado e o presente. Outra estratégia citada foi leitura e análise de textos, enfocando objetos com ênfase nos hábitos culturais da realidade dos alunos, estabelecendo comparações com os hábitos antigos e de outras culturas.

Dessa forma, com base nas afirmações do que o docente realiza no contexto escolar práticas relacionadas à Memória Local e à Memória Cultural, é possível destacar que essas respostas vão ao encontro do que Santos (2007) declara. Para o autor, quando se trabalha o patrimônio cultural e suas especificidades, no contexto de sala de aula, consegue-se favorecer e ampliar a abordagem para o processo de ensino e aprendizagem de maneira criativa. Ao longo das aplicações, o professor poderá favorecer o exercício da cidadania, estimulando a preservação e a valorização dos bens culturais.

As perguntas finais — 14 e 15 — se referem ao modo como ocorrem às relações entre os professores de História no ensino da Educação Patrimonial e se a escola realizou algum projeto ou alguma estratégia para a valorização do patrimônio local. As respostas revelaram que os docentes realizaram um trabalho conjunto e participativo com os outros colegas professores para dinamizar o trabalho em Educação Patrimonial.

Os professores afirmaram que realizam projetos interdisciplinares, por meio de interações com outras disciplinas, organizam reuniões e debates para a troca de experiências e desenvolvimento de aulas de campo a espaços tais como sítio arqueológico, roda de jongo, encontro de contação de histórias. As respostas, em

relação à pergunta nº 15, comprovaram que todos os professores desenvolveram alguma aula de campo ou estratégia pedagógica para trabalhar e valorizar a Educação Patrimonial com os discentes.

Em suas respostas, afirmaram que realizam estudos sobre a História Local, empreendem aulas de campo, promovem rodas de contação de histórias acerca dos patrimônios e elaboram projetos para que os alunos possam conhecer a fundo a História Local de seu município. Todos esses planejamentos são pensados em favor de tornar mais acessível para o aluno conhecer, entender e aprender sobre a cultura imaterial de seu município e como isso está ligado diretamente à evolução da História.

É o que afirma Hall (2006), ao apontar que a identidade cultural desenvolvida por meio da Educação Patrimonial, no ambiente escolar, contribui para a construção de uma identidade cultural segura no processo de ensino-aprendizagem. Por isso, é importante que a escola atualize os documentos sobre o ensino e apresente as proposições acerca do Patrimônio Cultural, para que assim os professores consigam desenvolver suas aulas, incluindo a abordagem desse conceito.

Em consonância a isso, Bittencourt (2009) afirma que a educação patrimonial da atualidade deve perpassar por planejamentos e inserções de modo atual e gradativo. Os professores devem possuir uma linguagem única, inclusive relacionada à disciplina de História, e abordar, em suas práticas, estratégias lúdicas capazes de ampliar o conhecimento de seus alunos. A dialogia deve ser uma pauta respeitada e preservada em toda prática docente.

Em complemento a essa ideia, é importante destacar como os professores utilizam os livros didáticos dentro de sala de aula, quais objetivos do ensino da disciplina de História os professores consideram mais importantes e o que consideram importante que o aluno estude e aprenda. Para isso, foram formuladas as perguntas nº 7, nº 8 e nº 9, abordando respectivamente essas questões.

Em resposta à pergunta nº 7, todos os professores afirmaram que utilizam o livro didático em sala de aula como “ponte” para a construção do conhecimento, partindo dos micros aspectos para chegar ao macro da História. Os participantes relataram também que é importante que o aluno perceba que o livro didático não é a única forma de conhecimento, o qual deve ser utilizado como um aporte e complementação dos estudos. É o que acontece com a abordagem de Educação patrimonial, que consta nos livros de forma sucinta, com conceitos que dão base para o professor ir além nas discussões com os alunos.

Com relação à pergunta nº 8, os professores destacam os objetivos do ensino da disciplina de História para a formação de um cidadão que reconheça seu papel como sujeito histórico, que desenvolva autonomia intelectual por meio da consciência histórica, que realize reflexões sobre os fatos históricos e consiga relacionar tais fatos históricos ao cotidiano e que estimule a criticidade do aluno correlacionando o passado com o presente. Por fim, a análise da pergunta nº 9 salienta que os professores consideram importante que os alunos conheçam as particularidades da História de forma atual e crítica. Sobre isso, os participantes P3 e P6 afirmaram:

P3: Aprender a ser autônomo, questionador e crítico.

P6: Aprender a formação do mundo, como deu-se a ascensão e decadência das grandes civilizações, compreendendo a nossa linhagem histórica como fator preponderante para a nossa formação identitária.

Assim sendo, de acordo com as respostas dos participantes citados e a partir da análise, depreende-se que os professores possuem o conhecimento de que a disciplina de História não se aprende, mas que ela deve servir para ajudar a entender como os fatos passados e atuais se relacionam com todo contexto social. A História é uma ciência que tem por intuito estudar o homem em seu contexto de tempo e espaço ao longo dos anos. Por isso, seu ensino deve ser pautado na preservação do patrimônio cultural em suas aulas, abordando e caracterizando as gerações anteriores como uma identidade que merece destaque no processo de ensino e aprendizagem.

Com base nas respostas dos professores e nas análises realizadas, foi possível constatar que a Educação Patrimonial, embora não esteja presente nos documentos escolares, faz parte do contexto das instituições de ensino e é considerada importante pelos professores. No entanto, é relevante que os professores possuam conhecimento adequado para conduzir abordagens críticas seguras sobre o tema.

Para contribuir para o processo de construção de conhecimento, a pesquisadora tem por objetivo propor à Secretaria Municipal de Educação que as escolas reanalisem os seus respectivos projetos político-pedagógicos. Tem o intuito de propor ainda que seja desenvolvida uma formação continuada em serviço para os professores de História, a fim de adequar o ensino dessa disciplina à Educação Patrimonial, uma vez que poderá contribuir qualitativamente para todo o processo de ensino-aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo se consubstanciou mediante as inquietações que a pesquisadora teve em relação à Educação Patrimonial e à forma como vem sendo abordada nas escolas de Presidente Kennedy, um município riquíssimo do ponto de vista cultural, com vastidão de sítios arqueológicos pré-históricos, históricos, tradições orais, patrimônio cultural arquitetônico, entre outros elementos. No decorrer de sua trajetória como profissional, a pesquisadora deparou com algumas situações que a fizeram questionar quanto ao modo como as escolas e os professores abordam esse tema tão relevante para o contexto de formação dos alunos.

Assim sendo, o estudo se pautou no objetivo de verificar como tem sido feita a abordagem da Educação Patrimonial pelos professores de História dos anos finais do Ensino Fundamental da rede pública municipal de Presidente Kennedy/ES. Para que tal estudo fosse realizado, a pesquisadora levantou informações com base na literatura especializada sobre o tema em questão. O estudo ainda refletiu acerca dos aspectos conceituais, legais e pedagógicos do patrimônio cultural imaterial.

A Educação Patrimonial deve ser vista com o intuito de ajudar os alunos a conhecer a História Local e a valorizar sua história de forma efetiva. Ela deve ser compreendida como o móbil propulsor da preservação e conservação de bens patrimoniais. Por isso, ela deve capacitar os alunos para uma leitura cultural de todo o local em que está inserido.

Quando se consegue conhecer e preservar o patrimônio de uma localidade, essa pode ser uma estratégia inicial para a formação crítica cidadã. Com base nisso, os discentes poderão ser capazes de refletir, compreender e até mesmo criar ações em favor da preservação e do desenvolvimento dos bens culturais.

A Educação Patrimonial elucida que o fornecimento de elementos possibilita uma percepção do espaço cultural de forma diferente e assídua. Quando se discute sobre como os bens culturais têm relações positivas em todo o contexto escolar, não se pode negar que essa discussão nas aulas de História promove um ensino e uma aprendizagem estimulante em relação à preservação da memória local e cultural, bem como contribui para a construção de novas identidades.

Esses trabalhos não podem ocorrer de modo passageiro, mas de forma que levem o aluno a compreender sua importância para o desenvolvimento educacional. Por isso, estabelecer estratégias em que o aluno consiga identificar os sentidos das

coisas, dos modos de fazer e de ser fortalece a Educação Patrimonial em todo o ambiente escolar.

Por conseguinte, é possível depreender que o estudo valoriza e descreve a importância da inserção da Educação Patrimonial em todo contexto escolar. Elucida também a História Local como forma de se preservar a memória cultural.

Compreender de que forma o ensino de História pode contribuir para o processo de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural imaterial local, seus desafios e possibilidades representa a necessidade de reflexão de que a História possibilita a formação de um sujeito atuante em seu espaço de vivência. Dessa forma, para a realização da pesquisa, a pesquisadora optou por um estudo de caso com os professores de História das escolas-polos do município de Presidente Kennedy/ES com a aplicação de um questionário com perguntas abertas e investigativas.

Esses apontamentos mostram a preocupação que os professores demonstram com sua própria formação, porém dois professores afirmaram que não estão fazendo parte de nenhuma formação continuada. As formações são significativas para todo o processo educacional, razão pela qual deveriam fazer parte de todo o contexto docente.

Em relação às perguntas que se referem à Educação Patrimonial, suas particularidades, objetividades e inserções escolares, os professores afirmaram que em todo ambiente escolar não há nenhum documento, nem diretriz, seja no Projeto Político-Pedagógico, seja na legislação municipal, especificações sobre a maneira como devem ocorrer os trabalhos referentes à Educação Patrimonial no ambiente escolar. Isso faz com que os professores, quando decidirem trabalhar com tal temática, tenham que procurar embasamentos em outras fontes de informação.

Em contrapartida, os professores declaram que, embora não tenham documento-base na escola, eles trabalham os conceitos acerca da memória local e memória cultural de forma assídua e participativa em todo contexto educacional. As práticas e os debates em sala de aula vão ao encontro de um planejamento que se ajuste à realidade dos alunos e desperte neles o interesse pela temática.

Com isso, percebe-se a necessidade de ampliar a formação continuada nesse campo do conhecimento, com o intuito de instigar e incentivar nos discentes o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural, como também ter o conhecimento da História Local. Diante disso e com base nas análises realizadas, fica evidente que a pesquisa conseguiu contribuir para destacar como os professores

trabalham a Educação Patrimonial no contexto escolar e como esse tema ainda é pouco ou quase nunca citado em documentos escolares.

Portanto, para que os professores possam explorar uma educação cultural crítica, a pesquisadora, como produto educacional desta dissertação, proporá à Secretaria Municipal de Educação de Presidente Kennedy que as escolas reanalise os seus respectivos Projetos Político-Pedagógicos. Proporá ainda que seja desenvolvida e elaborada uma formação continuada em serviço para os professores de História (APÊNDICE B). Dessa forma, poderá ocorrer uma adequação no ensino em relação à Educação Patrimonial com o intuito de contribuir qualitativamente para todo o processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. Estudo de caso: seu potencial na educação. **Revista Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 49, p. 51-54, maio 1984.

ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em Educação?. **Revista Educação e Contemporaneidade**, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em educação?. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 22, n. 40, p. 95-103, 2019.

ARAÚJO, M.; PEREZ, C. L. V.; TAVARES, M. T. Patrimônio, memória e formação de professores: outros diálogos na formação docente. *In*: 29ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29., 2006, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: Anped, 2006. s/p.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto, 2006.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, 2020. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRODBECK, M. S. L. **Vivenciando a História: metodologia do ensino da História**. Curitiba: Base Editorial, 2012.

BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. Tradução de Nilo Odalia. 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). **Legislação sobre Patrimônio Cultural**. Brasília: Edições Câmara, 2010. (Série Legislação: n. 41).

CANO, M. R. S. de O. (Coord.). **A reflexão e a prática no ensino: História**. São Paulo: Blucher, 2012. v. 6.

CHAER, G; DINIZ, R; RIBEIRO, E. A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Revista Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011. Disponível em: <http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/201/>. Acesso em: 20 out. 2020.

CHARTIER, R. A História hoje: dúvidas, desafios e propostas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 13, v. 7, p. 97-113, 1994.

CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL. *In*: CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). **Legislação sobre patrimônio cultural**. Brasília: Edições Câmara, 2010. p. 166-187.

DEMARCHI, J. L. Perspectivas para atuação em educação patrimonial. **Revista CPC**, São Paulo, n. 22, p. 267-291, 2016.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DUARTE, C. V. M. C. **Educação patrimonial e recursos hídricos**: um guia para os municípios de Olinda e Recife. 2018. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino de Ciências Ambientais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

FARIAS, E. K. V. A construção de atrativos turísticos com a comunidade. *In*: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (Org.). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

FLORÊNCIO, S. R. R. Educação Patrimonial: um processo de mediação. *In*: TOLENTINO, Á. B. (Org.). **Educação Patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. p. 56-67. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduflexoesPraticasm.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

FREIRE, P. **A Importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1963.

GAZZÓLA, L. Educação patrimonial: teoria e prática. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 9.; ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., 2009, Curitiba. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2902_1182.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Penso, 2012.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2007.

HALL, S. A. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Guacira Lopes Louro e Tomaz Tadeu da Silva. 3.ed. Rio de Janeiro. DP&A. 2006.

HORTA, M. L. P. Fundamentos de Educação Patrimonial. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 13-35, 2000.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Presidente Kennedy/ES. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/presidente-kennedy/panorama>. Acesso em: 15 abr. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Portaria nº137, de 28 de abril de 2016**. Institui um conjunto de marcos referenciais para a Educação Patrimonial – EP enquanto prática transversal aos processos de preservação e valorização do patrimônio cultural no âmbito do Iphan. Brasília, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf. Acesso em 15 abr. 2020.

KLAMT, S. **Educação Patrimonial: teoria e prática**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.

LEDUR, F. A. P. **A Educação Patrimonial Formal como elemento reconhecedor do Patrimônio Cultural em São Mateus do Sul – PR**. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade do Contestado, Canoinhas, 2012.

LEMONS, A. Políticas de preservação e estratégias metodológicas no ensino de História. In: SEMINÁRIO NACIONAL HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL – PATRIMÔNIO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2018, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anpuh, 2018. p. 53-59.

MOLINA, E. C. **Ensinar com o patrimônio: o estudo para a elaboração e implementação da Política de Educação Patrimonial no Ensino Fundamental II**. 2019. 147 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

MONASTIRSKY, L. B. Espaço urbano: memória social e patrimônio cultural. **Terr@ Plural**, v. 3, n. 2, p. 323-334, 2009.

NEVES, M. C. M. S. **Falando de Patrimônio Cultural: cartilha de Educação Patrimonial**. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Phoenix Cultura, 2012.

NOGUEIRA, A. A. Ensino de História, memória e Patrimônio Cultural: algumas considerações sobre o projeto “História de Tabuleiro do Norte: patrimônio de Todos!”. In: SEMINÁRIO NACIONAL HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL – PATRIMÔNIO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2018, Rio de Janeiro-RJ. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anpuh, 2018. p. 31-38.

NUNES, F. B. **Educação patrimonial**: experiência aplicada para o município de Santiago-RS. 2020. 122 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria: UFSM, 2020.

OLIVEIRA, T. M. de. **Memória e Discurso**: múltiplos sentidos do Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. 2011. 83p. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, C. H. Educação Patrimonial: uma ação institucional e educacional. *In*: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio**: práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Copedoc/lphan, 2007. p.147-172. v. 1.

SCIFONI, S. **Educação e patrimônio cultural**: reflexões sobre o tema. *In*: TOLENTINO, Á. B. (Org.). **Educação Patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do lphan na Paraíba, 2012, p.30-37. v. 1.

SOARES, A. L. R. Arqueologia, História e Etnografia: o denominador Guarani. **Fronteiras**, Campo Grande, v. 7, n. 13, p. 31-61, 2003.

TAMANINI, E. Educação popular e Patrimônio Cultural: a complexidade entre museu, escola e comunidade. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 37., 2010, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis.: Anped, 2015. p. 1-17.

TARGINO, Maria Ivonilde Mendonça. **Uma experiência de Educação Patrimonial na cidade de João Pessoa**: o processo das cartilhas do patrimônio pelo IPHAEP. 1980/2003. 2007. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – LINK DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES DE HISTÓRIA DA REDE MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY/ES

Link do questionário: <https://forms.gle/HhkGAEaMLf2KLmNy5>

APÊNDICE B – FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES

FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA SALA DE AULA

CARLA CORRÊA PACHECO GOMES

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
JUSTIFICATIVA	5
OBJETIVOS	8
PÚBLICO ALVO	9
CARGA HORÁRIA	9
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DA FORMAÇÃO	10
CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ENCONTROS	11
CERTIFICAÇÃO	14
REFERÊNCIAS	15

APRESENTAÇÃO

Este produto de formação continuada para os professores regentes foi elaborado com o intuito de contribuir para que as aulas da disciplina de História abordem a Educação Patrimonial em sala de aula e desenvolvam estratégias que contribuam para um processo de ensino e aprendizagem atualizado e significativo para o aluno.

Objetiva-se também demonstrar como uma visão ampla e reflexiva baseada nos conceitos e temáticas pode possibilitar um diálogo atualizado acerca da valorização das experiências educativas. A integração que ocorrerá por meio da educação patrimonial tende a contribuir para o incentivo à preservação em todo contexto social e cultural.

Dessa forma, para contribuir nesse processo de construção de conhecimento, a pesquisadora tem por intuito propor à Secretaria Municipal de Educação que as escolas reanalise os seus respectivos Projetos Político-Pedagógicos e propor que seja desenvolvida uma formação continuada para os professores regentes de História, a fim de adequar o ensino em relação à Educação Patrimonial, uma vez que contribuirá qualitativamente em todo processo de ensino-aprendizagem.

A formação continuada disporá de uma metodologia atualizada e abordará os conceitos de forma atual e integradora no meio em que se encontra. Sempre que julgar necessário, os palestrantes da formação poderão adaptar a grade curricular para atender às necessidades do grupo em formação.

O material para a realização da formação poderá ser disposto como um aporte complementar que contribuirá para um fazer atual, significativo e integrador. Por essa razão, um dos objetivos da pesquisadora é preparar um material que seja utilizado como um suporte para minimizar as dificuldades encontradas na Educação Patrimonial.

JUSTIFICATIVA

A Formação Continuada para Professores de História se justifica porque a Educação Patrimonial deve ser caracterizada como uma ação educativa que não pode ser dissociada de seu caráter interdisciplinar, em virtude da pluralidade do patrimônio cultural.

Para Horta, Grunberg e Monteiro (1996), trata-se de um processo contínuo que parte do contato direto com as manifestações culturais em todos os seus sentidos e significados, onde se busca levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural.

Já na visão de Santos (2007), a utilização do patrimônio cultural em sala de aula favorece a abordagem de outros conceitos relevantes ao exercício da cidadania, como a preservação, a leitura do espaço e da paisagem, o domínio da história dos povos antigos, a diversidade cultural, de modo a ajudar na apropriação dos bens culturais de natureza material e imaterial, culminando no conceito de cidadania.

O seminário de formação tenderá demonstrar como esse tema, por meio de implementações e através de estratégias e metodologias pedagógicas, pode abordar a Educação Patrimonial na prática diária das escolas municipais de Presidente Kennedy, como forma de promover e valorizar o patrimônio histórico e a memória cultural local.

A forma como se aborda o patrimônio deve ultrapassar a contemplação do monumento, do prédio e incluir pessoas, modos de fazer e modos de ser. A proposta de alfabetizar culturalmente aponta para transmissão de valores, para reconhecimentos, pertencimentos, união e colaboratividade.

No âmbito educacional, o patrimônio e a História podem ajudar crianças e jovens a pensar em si, no outro e no mundo de forma sensível e reflexiva. O ensino de História pode dar especial tônica à diversidade do patrimônio cultural para contribuir para a formação de cidadãos cômicos de suas responsabilidades.

Demarchi (2016) nos leva a uma reflexão sobre a importância de abordar a Educação Patrimonial na escola por entender que nos apresenta uma forma metodológica muito interessante de abordar o patrimônio cultural.

Analisando o crescente e grande número de atividades educativas que têm o patrimônio como mediador, o autor destaca que existe, após a realização de suas pesquisas, um problema na falta de subsídio teórico para as ações que acabam por confundir Educação Patrimonial com divulgação ou promoção do patrimônio.

Por isso, a formação continuada tende demonstrar que a caracterização do ensino de História com elementos da cultura local precisa ser abordada no cotidiano escolar para que o discente seja conhecedor de sua história. Assim,

as práticas pedagógicas no ensino de História podem se beneficiar das abordagens da Nova História Cultural, que incentivam a valorização de todos os elementos históricos do cotidiano, ao abordar temas como: memória, história local e patrimônio cultural que consolidam no saber discente a percepção do sujeito histórico, o estimula a conhecer e valorizar o patrimônio cultural imaterial de seu município.

OBJETIVOS

A formação continuada para os professores de história tem por objetivo:

- a formação de professores por meio da reflexão da importância de se trabalhar a Educação Patrimonial em todo o contexto escolar;
- destacar quais desafios os professores de História enfrentam no cotidiano escolar para a elaboração de aulas com a temática de Educação Patrimonial;
- abordar como o trabalho com a educação patrimonial pode elencar potencialidades e projetos aplicáveis;
- realizar reflexões acerca dos patrimônios materiais e imateriais e sobre o modo como possuem relação direta com a preservação e a apropriação no processo de ensino-aprendizagem.

PÚBLICO-ALVO

A formação continuada destina-se aos professores de história das instituições públicas de ensino do município de Presidente Kennedy/ES.

CARGA HORÁRIA

A formação terá carga horária de 180 horas voltada para professores regentes da disciplina de história das escolas pólos do município de Presidente Kennedy/ES.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DA FORMAÇÃO

A formação continuada terá como base os seguintes conteúdos:

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA			
Encontros e atividades	Conteúdos	Horário	Carga horária
1º Encontro	Contextualização sobre a educação patrimonial	8:00 – 18:00	10 horas
2º Encontro	Educação patrimonial e suas diretrizes	8:00 – 18:00	10 horas
3º Encontro	Participação da escola na prática da educação patrimonial	8:00 – 18:00	10 horas
1ª Atividade	Elaborar uma análise em forma de um texto dissertativo-argumentativo de no mínimo 20 linhas e no máximo 35, pontuando e elencando como deve ser desenvolvida a educação patrimonial na sala de aula. O professor poderá citar diretrizes e leis para consubstanciar sua análise e produção.	Modalidade EAD	50 horas
4º Encontro	Memória cultural e memória local	8:00 – 18:00	10 horas
5º Encontro	Patrimônio material e imaterial	8:00 – 18:00	10 horas
6º Encontro	Patrimônios do município de Presidente: como abordar em sala de aula?	8:00 – 18:00	10 horas
2ª Atividade	Cada professor deverá elaborar um plano de aula abordando a educação patrimonial de maneira clara, objetiva e significativa. O plano deve respeitar a realidade escolar.	Modalidade EAD	60 horas
7º Encontro	Encerramento.	8:00 – 18:00	10 horas
Total:	180 horas		

CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ENCONTROS

1º encontro: Contextualização sobre a educação patrimonial

Objetiva-se abordar nesse encontro o que é educação patrimonial e sua importância para o contexto escolar. Como também, objetiva-se estabelecer relações com a sociedade, com os sujeitos participantes da pesquisa e propor diálogos e debates.

2º encontro: Educação patrimonial e suas diretrizes

Nesse encontro, serão abordadas as diretrizes e leis que abordam a educação patrimonial no âmbito escolar e como ela deve estar inserida nos documentos escolares. Será proposto realizar uma análise dos documentos escolares para analisar como a educação patrimonial tem sido abordada e caso não seja, será proposto que analisem maneiras de inseri-la de forma assídua.

3º encontro: Participação da escola na prática da educação patrimonial

Nesse encontro, objetiva-se demonstrar com exemplos como a participação da escola pode proporcionar uma prática significativa em relação à educação patrimonial. Posteriormente, poderá ser apresentados estudos de casos para

análises de como essa prática e abordagem resulta em um ensino e aprendizagem de qualidade.

4º encontro: Memória cultural e memória local

Será abordado nesse encontro a definição do que é memória local e memória cultural e se é possível estabelecer relações diretas com a educação patrimonial. Posteriormente, será passado o vídeo “CULTURA, MEMÓRIA e PATRIMÔNIO” da professora de história Bruna Rodrigues. Após a finalização do vídeo, serão dispostos questionamentos para a realização de uma discussão guiada pelo palestrante.

5º encontro: Patrimônio material e imaterial

Será apresentado o que pode ser considerado um patrimônio material e imaterial e como é possível estabelecer relações com a educação patrimonial. Posteriormente, será passado o vídeo “Bens materiais e imateriais integram o Patrimônio Cultural Brasileiro” desenvolvido pela TV UFMG e o documentário “Educação Patrimonial: cidadania, diversidade e direitos humanos” organizado e desenvolvido pelo Programa de Educação Patrimonial UFRGS-APERS. Com a finalização dos vídeos, será disposta uma discussão guiada pelo palestrante. Por fim, será exemplificado como os

professores podem adaptar esse conteúdo para ser aplicado em sala de aula de forma significativa.

6º encontro: Patrimônios do município de Presidente: como abordar em sala de aula?

Serão abordados nesse encontro quais são os patrimônios culturais do município de Presidente Kennedy e como estes podem ser trabalhados em sala de aula. Posteriormente, será apresentado um plano de aula trazido pelo palestrante para exemplificar como a Educação Patrimonial pode ser inserida no contexto escolar. Ao fim, a atividade final será explicada e os professores começaram a planejar suas ideias.

7º encontro: Encerramento

Esse último encontro será dividido em um primeiro momento para que cada professor apresente seu plano de aula e um segundo momento para a realização de observações e discussões acerca do que foi apresentado.

CERTIFICAÇÃO

A certificação poderá ocorrer ou não, e caso ocorra, obedecerá às normas da Prefeitura Municipal de Educação de Presidente Kennedy/ES.

REFERÊNCIAS

DEMARCHI, J. L. **Perspectivas para atuação em educação patrimonial.**

Revista CPC (USP), v. 22, p.267-291, 2016.

HORTA, M. L. P; GRUNBERG, E; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Museu Imperial, 1996.

SANTOS, C. H. **Educação Patrimonial: uma ação institucional e educacional.** In: Patrimônio: práticas e reflexões. Rio de Janeiro:

Iphan/Copedoc, 2007, p.147-172. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Mes>

ProfPat_PraticasReflexoes_1_m.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

<https://www.youtube.com/watch?v=NM3J0fgYexs>

<https://www.youtube.com/watch?v=-Hnu9H7SniM>

<https://www.youtube.com/watch?v=ky9-qfL2xg0>

ANEXOS

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E HISTÓRIA LOCAL: UMA SEQUENCIA DE ATIVIDADES PARA O TRABALHO COM A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL II

Pesquisador: CARLA CORREA PACHECO GOMES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 49430021.6.0000.8207

Instituição Proponente: INSTITUTO VALE DO CRICARE LTDA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.853.874

Apresentação do Projeto:

Segundo a autora, o intuito da pesquisa é explorar a temática da Educação Patrimonial e história local de forma a se preservar a memória histórica municipal nas turmas do Ensino Fundamental II, contextualizando teoria e práticas de aprendizagem que destaquem os vários patrimônios culturais materiais e imateriais do município, dentro das práticas pedagógicas das escolas municipais, valorizando a educação patrimonial e preservando a memória Kennedense. Segundo a pesquisadora, o lócus da pesquisa é a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental “Bery Barreto de Araújo” localizada no interior de Presidente Kennedy/ES na localidade de Jaqueira. Segundo a mesma, ainda que estando localizada na zona rural, trata-se da escola que concentra o maior número de alunos e professores em atuação. Assume que a preferência por essa escola como lócus da pesquisa se dá pelo fato de estar localizada onde moro, estudei e trabalhei por um longo período. Na metodologia, a pesquisadora, sob a justificativa da pandemia, propõe uma conversa on line sobre as formas de se implementar a Educação Patrimonial, dentro das práticas pedagógicas das escolas municipais de Presidente Kennedy, como forma de se promover e valorizar o patrimônio e a memória local, na condição de observadora do processo de planejamento no lócus da pesquisa. Para a pesquisadora, o procedimento on line será realizado para identificar como tem sido a abordagem da Educação Patrimonial na prática escolar diária e quais as melhores estratégias para inserção, dentro das práticas pedagógicas da escola, da

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 29.933-415

UF: ES

Município: SAO MATEUS

Telefone: (27)3313-0000

E-mail: cep@ivc.br



INSTITUTO VALE DO CRICARÉ



Continuação do Parecer: 4.853.874

educação patrimonial. Por fim, segundo a proponente, será realizada uma entrevista semiestruturada com os três (03) professores da disciplina de História do 6º ao 9º ano, lotados na escola alvo dessa pesquisa, para o levantamento de informações e discussão sobre pontos que contribuirão com o norte da pesquisa, permitindo verificar o contexto real da Educação Patrimonial, dentro das práticas pedagógicas como forma de se promover e valorizar o patrimônio e a memória local pelos professores/sujeitos da pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisadora traz os seguintes objetivos:

Primário: Verificar como têm sido trabalhados os conceitos de história local e memória cultural pelos professores de História em Presidente Kennedy.

Secundários:

Contribuir para a promoção e valorização do patrimônio histórico local através do conhecimento das riquezas patrimoniais locais e do sentimento de pertencimento; Sugerir práticas pedagógicas que possam trabalhar os vários patrimônios históricos materiais e imateriais do município, dentro das práticas pedagógicas das escolas municipais, valorizando a Educação Patrimonial e preservando a memória Kennedense; Desenvolver, em parceria com a secretaria municipal de educação, uma cartilha digital com todos os patrimônios culturais do município de Presidente Kennedy voltado, como guia para que todos os docentes da disciplina de história possam utilizá-la no intuito de se promover a Educação Patrimonial e preservar a história e a memória local.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora reconhece possíveis riscos, em especial, referentes a um constrangimento ao realizar as perguntas. Para minimizar este constrangimento, informa que será direcionado através do email pessoal de cada docente que irá participar desta pesquisa, onde possa se sentir mais confortável e a vontade para realizar a entrevista. Sendo assim, em caso de algum desconforto, ou mal estar, a pesquisadora do presente estudo ira encaminhar o participante para o serviço de atendimento médico mais próximo do local da sua residência. Como benefícios, entende que o estudo é capaz de demonstrar a contribuição para a promoção e valorização do patrimônio histórico local através do conhecimento das riquezas patrimoniais locais e do sentimento de pertencimento e, a partir dos resultados obtidos. Além disso, propõe desenvolver, em parceria com a secretaria municipal de educação, uma cartilha digital com todos os patrimônios culturais do município de Presidente Kennedy voltado, como guia para que todos os docentes da disciplina de história possam utilizá-la no intuito de se promover a Educação Patrimonial e preservar a história e a memória local.

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217
Bairro: UNIVERSITARIO **CEP:** 29.933-415
UF: ES **Município:** SAO MATEUS
Telefone: (27)3313-0000 **E-mail:** cep@ivc.br



INSTITUTO VALE DO CRICARÉ



Continuação do Parecer: 4.853.874

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa traz uma temática original e pouco frequente nos currículos da educação básica. A autora, na leitura dessa relatoria, foi comedida nos objetivos, mas propõe um produto final interessante.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta projeto original e projeto básico, alinhados, com cronograma exequíveis, objetivos e metodologias alinhadas. Traz o termo de autorização da instituição coparticipante assinado e carimbado pela Secretária Municipal de Educação, porém sem o timbre recomendado. Traz o TCLE com os elementos habituais previstos na legislação. Destaca-se, entretanto, que o mesmo tem 4 laudas, com citações de autores que, na leitura dessa relatoria, são dispensáveis a um documento dessa natureza. Apresenta ainda, a folha de rosto devidamente preenchida e assinada.

Recomendações:

Melhorar o texto, alinhando com as normas cultas da língua portuguesa. A relatoria sugere que o TCLE fique mais objetivo, retirando as citações de autores, cabíveis no referencial teórico do trabalho, mas que, para um documento como um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, são dispensáveis.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº 001/13, item XI 2.d.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1673522.pdf	02/07/2021 21:31:21		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMO_TESTE_termo.pdf	02/07/2021 21:30:46	CARLA CORREA PACHECO GOMES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	termo_teste_livre_TCLE.docx	02/07/2021 21:26:55	CARLA CORREA PACHECO GOMES	Aceito

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217
Bairro: UNIVERSITARIO **CEP:** 29.933-415
UF: ES **Município:** SAO MATEUS
Telefone: (27)3313-0000 **E-mail:** cep@ivc.br



Continuação do Parecer: 4.853.874

Justificativa de Ausência	termo_teste_livre_TCLE.docx	02/07/2021 21:26:55	CARLA CORREA PACHECO GOMES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	TEXTO_DETALHADO_TESTE.docx	02/07/2021 21:07:16	CARLA CORREA PACHECO GOMES	Aceito
Folha de Rosto	Folha_teste_TERMO.pdf	02/07/2021 21:04:55	CARLA CORREA PACHECO GOMES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO MATEUS, 16 de Julho de 2021

Assinado por:
José Roberto Gonçalves de Abreu
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217
Bairro: UNIVERSITARIO **CEP:** 29.933-415
UF: ES **Município:** SAO MATEUS
Telefone: (27)3313-0000 **E-mail:** cep@ivc.br